SENIOR SOLUTION S.A. BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 31 DE DEZEMBRO DE 2014 (Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

		Controladora		Consolidado
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
		(Reclassific		(Reclassific
		ado – Nota		ado – Nota
ATIVO		1.5)		1.5)
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa (nota 7)	40.056.157	38.827.789	47.871.703	44.105.406
Contas a receber (nota 8)	4.813.796	4.526.692	12.138.898	10.556.190
Despesas antecipadas (nota 10)	17.111	21.674	17.812	21.674
Impostos e contribuições a recuperar (nota 9)	2.106.366	891.063	4.054.403	2.376.163
Adiantamentos e outros créditos a receber (nota 11)	34.313	43.229	170.880	70.208
Total do ativo circulante	47.027.743	44.310.447	64.253.696	57.129.641
Não circulante				
Realizável a longo prazo				
Partes relacionadas (nota 12)	0.100.075	1.840.161		
Depósitos judiciais (nota 20)	3.133.075	•	182.129	94.490
- · ·	120.872	71.903	•	84.483
Imposto de renda e contribuição social diferidos (nota 26)	1.105.919	1.675.616	4.979.116	5.077.949
Investimentos (nota 5)	35.421.467	28.835.514	-	-
Imobilizado (nota 13)	505.019	512.593	762.460	880.821
Intangível (nota 14)	688.300	702.005	28.027.056	22.057.363
- "		<u> </u>		
Total do ativo não circulante	40.974.652	33.637.792	33.950.761	28.100.616
Total do ATIVO	99 000 00=	049 000	09 004 4==	9 - 000 0
TOTAL UU ALIVU	88.002.395	77.948.239	98.204.457	85.230.257

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SENIOR SOLUTION S.A. BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 31 DE DEZEMBRO DE 2014 (Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

		Controladora		Consolidado
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
PAGGWYO		(Reclassificado		(Reclassificado
PASSIVO		– Nota 1.5)		– Nota 1.5)
Circulante	0		0	
Empréstimos e financiamentos (nota 15)	1.258.343	1.135.344	1.258.343	1.135.344
Fornecedores e prestadores de serviços	485.843	418.596	928.514	713.957
Adiantamentos de clientes (nota 16) Salários, encargos sociais e	568.875	2.351.586	973.081	2.860.939
provisões trabalhistas (nota 17)	3.395.596	4.565.429	6.627.037	6.873.469
Dividendos a pagar (nota 21.2)	158.705	3.078.829	271.878	3.078.829
Obrigações tributárias (nota 18)	464.540	179.578	1.243.842	773.447
Obrigações por aquisição de investimento				
(nota 19)	341.949	335.974	3.498.541	1.585.177
Total do passivo circulante	6.673.851	12.065.336	14.801.236	17.021.162
Não circulante Exigível a longo prazo				
Empréstimos e financiamentos (nota 15)	12.597.404	2.855.733	12.597.404	2.855.733
Provisões para contingências (nota 20)	1.466.496	1.278.117	2.244.038	1.889.200
Partes Relacionadas (nota 12) Obrigações por aquisição de investimento	-	324.552	-	-
(nota 19)	1.182.310	1.524.256	2.479.445	3.563.917
Total do passivo não circulante	15.246.210	5.982.658	17.320.887	8.308.850
Patrimônio líquido (nota 21)				
Capital social	50.560.594	50.560.594	50.560.594	50.560.594
Ações em tesouraria	(4.234.516)	(3.396.651)	(4.234.516)	(3.396.651)
Reserva de capital	763.394	763.394	763.394	763.394
Reservas de lucro	18.992.862	11.972.908	18.992.862	11.972.908
Total do patrimônio líquido	66.082.334	59.900.245	66.082.334	59.900.245
Total do PASSIVO	88.002.395	77.948.239	98.204.457	85.230.257

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SENIOR SOLUTION S.A. DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 31 DE DEZEMBRO DE 2014 (Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

		Controladora		Consolidado
-	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
-		(Reclassifi		(Reclassifica
		cado –		do — Nota
		Nota 1.5)		1.5)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA (nota 22)	28.419.400	28.926.764	75.303.830	71.010.887
Custo dos serviços prestados (nota 23)	(14.160.485)	(13.725.848)	(45.258.946)	(39.774.259)
Custo com pesquisa e desenvolvimento (nota 23)	(2.342.365)	(3.259.015)	(2.826.317)	(3.749.908)
LUCRO BRUTO	11.916.550	11.941.901	27.218.567	27.486.720
Receitas (despesas) operacionais				
Gerais, administrativas e comerciais (nota 24)	(9.022.256)	(9.254.845)	(21.930.857)	(19.286.508)
Resultado de equivalência patrimonial (nota 5)	3.239.451	6.098.922		
Total das receitas (despesas) operacionais	(5.782.805)	(3.155.923)	(21.930.857)	(19.286.508)
Resultado operacional antes dos efeitos				
financeiros	6.133.745	8.785.978	5.287.710	8.200.212
Resultado financeiro líquido (nota 25)	3.420.488	2.713.254	4.058.748	3.018.832
Lucro antes do Imposto de Renda e da				_
Contribuição Social	9.554.233	11.499.232	9.346.458	11.219.044
Imposto de renda e contribuição social corrente (nota 26)	815.194	(777.080)	513.518	(1.808.322)
Imposto de renda e contribuição social diferido (nota 26)	(569.697)	360.845	(60.246)	1.672.275
Lucro líquido	9.799.730	11.082.997	9.799.730	11.082.997
LUCRO BÁSICO POR AÇÃO (nota 27)	0,866	0,963_	0,866	0,963
LUCRO DILUÍDO POR AÇÃO (nota 27)	0,866	0,963	0,866	0,963

 $\rm N\tilde{a}o$ foram apurados outros resultados abrangentes. Portanto, n \tilde{a} o está sendo apresentada a demonstração do resultado abrangente.

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras.

SENIOR SOLUTION S.A. E SUAS CONTROLADAS. 31 de dezembro de 2015

SENIOR SOLUTION S.A. DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 31 DE DEZEMBRO DE 2014 A 31 DE DEZEMBRO DE 2015 (Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social	Reserva de capital	Ações em tesouraria	Despesas com emissões de ações	Reserva legal	Retenção de lucros	Lucros acumulados	Patrimônio Ífquido
Saldos em 31 de dezembro de 2013	50.560.594	763.394	1	(1.952.533)	873.354	6.831.708	1	57.076.517
	1	I	1	1	İ	1	ı	1
Lucro líquido do exercício	1	1	I	ı	1	1	11.082.997	11.082.997
Ações em tesouraria (ii)	1	I	(3.396.651)	ı	I	1	ı	(3.396.651)
Juros sobre capital próprio (i)	1	ı	ı	ı	ı	ı	(4.761.242)	(4.761.242)
Dividendos	1	1	1	ı	1	1	(101.376)	(101.376)
Constituição de reserva	i	I	ı	I	ı	6.220.379	(6.220.379)	I
Saldos em 31 de dezembro de 2014 (Reapresentado – nota 1.5.)	50.560.594	763.394	763.394 (3.396.651)	(1.952.533)	873.354	13.052.087	1	59.900.245
Lucro líquido do exercício	1	Ī	I	ļ	I	I	9.799.730	9.799.730
Ações em tesouraria (nota 21.4)	1	1	(837.865)	1	ı	ı	1	(837.865)
Juros sobre capital próprio (nota 21.2)	1	1	1	I	1	1	(2.738.149)	(2.738.149)
Dividendos (nota 21.2)	1	1	1	ı	1	1	(41.627)	(41.627)
Constituição de reserva	I	1	1	ı	489.987	6.529.967	(7.019.954)	ı
Saldos em 31 de dezembro de 2015	50.560.594	763.394	763.394 (4.234.516)	(1.952.533) 1.363.341	1.363.341	19.582.054	1	66.082.334

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SENIOR SOLUTION S.A. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 31 DE DEZEMBRO DE 2014 (Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro líquido do exercício	9.799.730	11.082.997	9.799.730	11.082.997
Itens que não afetam o caixa				
Equivalência patrimonial	(3.239.451)	(6.098.922)	-	-
Depreciação e amortização	178.564	175.044	2.550.730	1.774.282
Impairment de ágio	1.900.000	960.163	1.900.000	960.163
Depreciação e amortização por aquisição de empresa	-	-	835.765	-
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(24.264)	28.925	(11.985)	53.672
Provisão para contingências	188.379	387.576	354.838	385.076
Provisão para bônus e participação nos resultados	655.603	2.298.916	1.115.547	2.541.408
Imposto de renda e contribuição social diferidos	569.697	(360.845)	98.833	(1.672.275)
Lucro ou prejuízo na alienação de imobilizado e intangível	-	-	5.552	-
Valor da marca na aquisição de investimento	-	-	(541.476)	-
Valor da carteira de clientes na aquisição de investimento	-	-	(2.017.625)	-
Valor do software na aquisição de investimento	=	=	(627.800)	=
Ágio na aquisição de investimentos	-	-	(5.660.589)	-
Variação nas contas de ativos e passivos				
Contas a receber	(262.840)	(1.988.838)	(1.570.723)	(5.092.847)
Despesas antecipadas e depósitos judiciais	(44.406)	1.125	(93.784)	181.786
Impostos e contribuições a recuperar	(1.215.303)	(315.773)	(1.678.240)	(448.750)
Outros créditos a receber	8.916	(16.529)	(100.672)	3.834
Fornecedores e prestadores de serviços	67.247	(4.876)	214.557	92.053
Salários, encargos sociais e provisões trabalhistas	(1.825.436)	(317.127)	(1.361.979)	(432.826)
Obrigações tributárias	284.962	74.244	470.395	220.878
Contingências pagas	-	(355.415)	-	(358.665)
Adiantamento de clientes	(1.782.711)	572.045	(1.887.858)	1.004.140
Partes relacionadas	(1.617.466)	-	- · · · · - · -	-
Dividendos a distribuir por controladas	-	-	113.174	=
CAIXA LÍQUIDO GERADO NAS OPERAÇÕES	3.641.221	6.122.710	1.906.390	10.294.926
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
	(00	(0)		
Aquisição de imobilizado e intangível	(157.286)	(233.284)	(203.019)	(260.523)
Imobilizado e intangível proveniente de aquisição de	=	-	(2.092.870)	=
empresa Aporte de capital em controlada	(7.050.000)	-	-	-

DE INVESTIMENTO (7.237.233)	CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (7.207.286)	(2;
-----------------------------	--	-----

(7.207.286) (233.284) (2.295.889) (260.523)

	(Controladora		Consolidado
-	31.12.2015	31.12.2014	31.122015	31.12.2014
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Aquisição de ações para manutenção em tesouraria	(837.865)	(3.396.651)	(837.865)	(3.396.651)
Distribuição de juros sobre capital próprio de resultado do exercício de 2014	(2.977.453)	-	(2.977.453)	-
Distribuição de juros sobre capital próprio de resultado do exercício de 2015	(2.579.444)	-	(2.579.444)	-
Distribuição de dividendos	(101.376)	(1.783.789)	(101.376)	(1.783.789)
Distribuição de dividendos por controladas	(41.627)		(41.627)	
Recebimento de dividendos	1.803.499	3.000.000	-	-
Partes relacionadas	-	748.748	-	410.080
Aumento de obrigações por aquisição de investimento	-	-	10.217.924	-
Amortização de obrigações por aquisição de investimento	(335.971)	-	(9.389.033)	-
Captação de empréstimos e financiamentos	11.000.000	(605.744)	11.000.000	(1.808.472)
Amortização de empréstimos e financiamentos	(1.135.330)	(1.496.442)	(1.135.330)	(1.496.442)
CAIXA ORIGINADO (UTILIZADO) NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	4.794.433	(3.533.878)	4.155.796	(8.075.274)
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1.228.368	2.355.548	3.766.297	1.959.129
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	38.827.789	36.472.241	44.105.406	42.146.277
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	40.056.157	38.827.789	47.871.703	44.105.406
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDA DE DISPONIBILIDADES	1.228.368	2.355.548	3.766.297	1.959.129

 $As\ notas\ explicativas\ s\~ao\ parte\ integrante\ das\ demonstra\~ç\~oes\ financeiras.$

SENIOR SOLUTION S.A. DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO DOS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 31 DE DEZEMBRO DE 2014 (Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

	C	Controladora		Consolidado
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
1 – RECEITAS	04 =4= 404	01 009 406	83.523.758	78.681.617
1.1 - Vendas de produtos e serviços	31.515.434	31.938.406		
1.2 - Provisões para créditos de liquidação duvidosa	31.491.170	31.967.331	83.511.773	78.735.289
- Reversão (Constituição)	24.264	(28.925)	11.985	(53.672)
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(3.900.505)	(1.242.051)	(11.914.498)	(12.541.816)
(inclui os valores dos impostos – ICMS, IPI, PIS e COFINS)	(3.900.303)	(1.242.031)	(11.914.490)	(12.541.010)
2.1 - Custos dos produtos e dos serviços vendidos	(1.758.055)	(2.447.289)	(7.357.104)	(8.722.486)
2.2 - Materiais, energia, serviços de terceiros e	(1./50.055)	(2.44/.209)		
outros.	(2.142.450)	(1.205.238)	(4.557.394)	(3.819.330)
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	27.614.929	30.696.355	71.609.260	66.139.801
4 - DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	(2.078.564)	(1.135.207)	(4.450.730)	(2.735.190)
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO				
PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)	25.536.365	29.561.148	67.158.530	63.404.611
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM			6.092.975	4.360.819
TRANSFERÊNCIA	8.123.052	9.790.058	0.092.975	4.300.019
6.1 - Resultado de equivalência patrimonial	3.239.448	6.098.922	-	=
6.2 - Receitas financeiras	4.883.604	3.691.136	6.092.975	4.360.819
7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A	_		73.251.505	67.765.430
DISTRIBUIR (5+6)	33.659.417	39.350.952	/ 3.=32.3 ° 3	07.70 3.4 30
8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO			73.251.505	67.765.430
8.1 - Pessoal	33.659.417	39.350.952		
8.1.1 - Remuneração direta e F.G.T.S	18.438.047	22.599.204	51.303.356	45.257.995
•	16.125.048	19.951.009	45.096.517	39.580.177
8.1.2 - Benefícios	2.312.999	2.648.195	6.206.839	5.677.818
8.2 - Impostos, taxas e contribuições	2.826.273	3.456.802	7.754.671	7.860.449
8.2.1 - Federais	1.668.120	2.222.390	4.386.025	4.411.846
8.2.2 - Estaduais	-	-	-	-
8.2.3 - Municipais	1.158.153	1.234.412	3.368.646	3.448.603
8.3 - Remuneração de capitais de terceiros	2.595.367	2.211.949	4.393.748	3.563.989
8.3.1 - Juros	1.463.116	977.882	2.034.227	1.341.987
8.3.2 - Aluguéis	1.132.251	1.234.067	2.359.521	2.222.002
8.4 - Remuneração de capitais próprios	9.799.730	11.082.997	9.799.730	11.082.997
8.4.1 – Distribuição de dividendos por controladas	-	-	-	=
8.4.2 - Lucros retidos do exercício	9.799.730	11.082.997	9.799.730	11.082.997
8.4.3 - Participação dos não-controladores nos			_	_
lucros retidos	-	-		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Seção A - Informações gerais

1.1 Contexto operacional

A Senior Solution S.A. é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede na Rua Haddock Lobo, 347 13º andar, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, tendo suas ações negociadas no Bovespa Mais da BM&F Bovespa — Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.

A Companhia foi constituída em 1996, tendo por objetivo principal o fornecimento de produtos e serviços de informática em tecnologia, visando o mercado financeiro. Foi a primeira empresa brasileira a buscar o desenvolvimento de um sistema com o conceito de *One-Stop-Shop* em seus aplicativos, implantando no mercado nacional padrões de empresas internacionais, desenvolvendo soluções abrangentes e integradas em tecnologia e negócios.

Atualmente a Senior Solution é líder deste mercado, atendendo grandes instituições financeiras do país, incluindo 15 dos 20 maiores bancos, 11 das 20 maiores seguradoras, 6 das 20 maiores fundações e 54 das principais administradoras de consórcios. O fortalecimento institucional e o maior volume de recursos aplicados nos últimos exercícios permitiram à Companhia investir em infraestrutura, pesquisa e desenvolvimento, diversificação dos serviços e aquisição de outras empresas desse mercado.

A Companhia é Controladora da Senior Solution Serviços em Informática Ltda. (anteriormente denominada Plataforma Eletrônica S.A.), Senior Solution Consultoria em Informática Ltda. (anteriormente denominada E-commerce Consultoria em Informática S.A.) e Controlpart Consultoria e Participações Ltda., empresas que têm por objetivo atuar de forma complementar às atividades da Companhia.

Em 2 de fevereiro de 2015 a Companhia, através de sua controlada Senior Solution Consultoria em Informática Ltda. ("Senior Consultoria") celebrou o Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças por meio do qual adquiriu a totalidade das quotas da Aquarius Tecnologia e Informática Ltda. ("Aquarius Tecnologia"), uma das líderes no desenvolvimento de software aplicativos para o segmento de consórcios.

Em 23 de novembro de 2015 a Companhia, através de sua controlada Senior Solution Consultoria em Informática Ltda. ("Senior Consultoria") celebrou o Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças por meio do qual adquiriu a totalidade das quotas da Pleno Tecnologia e Sistemas Ltda. ("Pleno Tecnologia"), uma das líderes no desenvolvimento de software aplicativos para o segmento de consórcios.

Dentre os incentivos fiscais existentes no país, a Companhia se utiliza do benefício proveniente da Lei do Bem (lei nº11.196/05), voltada a pessoas jurídicas que realizam pesquisa e desenvolvimento (P&D) de inovação tecnológica. Este beneficio proporciona uma economia fiscal ao reduzir a base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro de 60% a 80% dos dispêndios em P&D.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 15 de março de 2016.

Quaisquer dados não financeiros que porventura estejam incluídos neste relatório, tais como número de clientes e abrangência, *marketshare*, entre outros, não foram objeto de revisão por parte dos auditores independentes.

1.2 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na nota 29.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de ativos financeiros disponíveis para venda, outros ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 2.

(a) Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Pelo fato de que as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais, a partir de 2014, não diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, uma vez que ele passou a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial em controladas, coligadas e joint ventures nas demonstrações separadas, elas também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)). Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

(b) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)).

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

1.3 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2015 e não tiveram impactos materiais para a Companhia e suas controladas.

Revisão de Pronunciamentos Técnicos no. 06/ Projetos Anuais de Aprimoramento do IFRS 2010-2012 e 2011-2013:

- (i) **CPC 15/IFRS 3 Combinação de negócios**: foi eliminado o conflito entre as normas de instrumentos financeiros e combinação de negócios; esclarecido que o pagamento contingente é um passivo financeiro ou um instrumentos de patrimônio e que a sua remensuração deve ser a valor justo, quando não for instrumento patrimonial. Além disso, eliminou a referência para outros pronunciamentos, como IAS 37, para remensuração do pagamento contingente e fez esclarecimentos sobre exceções no escopo da norma.
- (ii) **CPC 46/IFRS 13 Mensuração de valor justo**: esclarece que a mensuração de ativos financeiros de curto prazo sem juros explícitos ao valor presente, quando seus efeitos são imateriais, é permitida, embora não seja requerida. Adicionalmente, esclarece que a exceção para mensur/ação ao valor justo de uma carteira pelo líquido, exceção trazida para o IFRS 13, se aplica a todos os contratos no âmbito do IAS 39 e do IFRS9.
- (iii) **CPC 05/IAS 24 Partes relacionadas**: esclarece que a entidade que presta serviços administrativos equivalentes à administração-chave é também parte relacionada e a entidade que reporta deve divulgar as despesas pagas a essa parte relacionada.
- (iv) **CPC 22/IFRS 8 Informações por segmento**: aprimora os critérios de divulgação dos segmentos operacionais e orienta para a reconciliação entre o total de ativos reportados nos segmentos e o total de ativos da entidade.

Outras alterações em vigor para o exercício financeiro iniciado em 1º de janeiro de 2015 não são relevantes para a Companhia e suas controladas .

1.4 Consolidação

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida.

As empresas controladas incluídas na consolidação estão descritas na Nota 5(b).

1.5 Reapresentação das cifras comparativas

A Companhia não registrou contabilmente nas demonstrações financeiras de 2014 os dividendos mínimos obrigatórios, conforme previsto em seu estatuto social e requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. Os referidos dividendos foram registrados apenas em março de 2015 com base na ata da reunião do Conselho de Administração de 25 de março de 2015.

Durante o trimestre findo em 30 de setembro de 2015, a administração procedeu ao ajuste contábil referente aos dividendos de 2014, e está reapresentando as cifras comparativas em 31 de dezembro de 2014 contemplando o referido ajuste. O impacto nas demonstrações está demonstrado abaixo:

	31.12.2014	31.12.2014 (Reapresentado)
Dividendos a pagar		3.078.829
Patrimônio Líquido	62.979.074	59.900.245

Como consequência do referido ajuste, os dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2014 foram excluídos da demonstração das mutações do patrimônio líquido referente ao exercício de 2015. As Demonstrações Financeiras de 2013 não foram afetadas por esta reapresentação.

1.6 Reclassificações contábeis e divulgações

Com a finalidade de aperfeiçoar a apresentação de suas informações financeiras, a Companhia efetuou a reclassificação de determinados saldos referentes a 31 de dezembro de 2014 entre contas do balanço patrimonial nas seguintes rúbricas do ativo circulante: (i) Imposto de renda e contribuição social diferidos, transferidos de curto para longo prazo e (ii) Despesas antecipadas, saldo transferido para depósitos judiciais no longo prazo. Adicionalmente, alteramos o Imposto de renda e contribuição social diferidos do passivo circulante para o ativo não circulante de igual rúbrica e reclassificamos o saldo de ágio em aquisição de controladas para investimento. Por fim, na demonstração do resultado, consolidamos as despesas com Publicidade e propaganda na rúbrica de Despesas gerais e administrativas, bem como a linha de Despesa de serviço compartilhado na nota explicativa 24.

Seguem abaixo os quadros demonstrando as reclassificações efetuadas:

(a) Balanço Patrimonial

	31.12.2014	Controladora 31.12.2014 (Reclassificado)	31.12.2014	Consolidado 31.12.2014 (Reclassificado)
ATIVO Circulante Despesas antecipadas Imposto de renda e contribuição social diferidos	93.577	21.674	106.157 306.134	21.674
Não circulante Imposto de renda e contribuição social diferidos Depósitos judiciais Investimentos Intangível	1.925.806 20.758.267 8.779.251	1.675.616 71.903 28.835.514 702.005	5.621.173	5.077.949 84.483
PASSIVO Circulante Imposto de renda e contribuição social diferidos	250.190		849.358	

(b) Demonstração de resultado

		Controladora		Consolidado
	31.12.2014	31.12.2014	31.12.2014	31.12.2014
		(Reclassificado)		(Reclassificado)
Receitas (despesas) operacionais				
Publicidade e propaganda	(215.443)	=	(243.674)	=
Gerais e administrativas	(7.903.941)	(9.254.845)	(16.307.644)	(19.286.508)
Depreciação e amortização	(1.135.461)	=	(4.450.730)	=

(c) Nota explicativa – Despesas gerais e administrativas

		Controladora		Consolidado
	31.12.2014	31.12.2014	31.12.2014	31.12.2014
		(Reclassificado)		(Reclassificado)
Serviços de terceiros	933.288	300.706	1.284.697	1.284.697
Pessoal, encargos e benefícios	4.968.192	1.946.401	6.994.346	6.994.346
Comissões	407.200	312.615	536.229	536.229
Aluguéis, seguros e condomínios e outros	1.234.067	1.113.324	2.222.002	2.222.002
Complemento (Reversão) provisão para bônus e				
participação nos resultados	2.298.916	2.298.916	2.541.408	2.541.408
Complemento (Reversão) provisão devedores			9	· · ·
duvidosos	28.925	28.925	53.672	53.672
Complemento (Reversão) provisão para	, ,		,	,
contingência	387.576	387.576	385.076	385.076
Energia, comunicação e outros	612.172	612.172	856.711	856.711
Consultores, advogados e auditores	876.124	693.061	975.314	975.314
Publicidade e propaganda	-	215.443	-	243.674
Despesas de serviço compartilhado	(4.185.695)	-	=	-
Despesas com passagens e estádias	105.951	65.565	169.393	169.393
Outros gastos	237.225	144.680	288.796	288.796
Depreciação e amortização	-	1.135.461	-	2.735.190
	7.903.941	9.254.845	16.307.644	19.286.508

Seção B - Riscos

2 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

2.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia e suas controladas faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

(a) Perda (impairment) do ágio

Anualmente, a Companhia e suas controladas testa eventuais perdas (*impairment*) no ágio, de acordo com a política contábil apresentada na Nota 29.13. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas.

(b) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

A Companhia e suas controladas reconhece ativos e passivos diferidos com base nas diferenças entre o valor contábil apresentado nas demonstrações contábeis e a base tributária dos ativos e passivos utilizando as alíquotas em vigor. A Companhia e suas controladas também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos forem devidos. Quando o resultado final dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas

SENIOR SOLUTION S.A. E SUAS CONTROLADAS. 31 de dezembro de 2015

diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no exercício em que o valor definitivo é determinado.

O Grupo revisa regularmente os impostos diferidos ativos quanto a sua possibilidade de recuperação, considerando-se o lucro histórico gerado e o lucro tributável futuro projetado, de acordo com um estudo de viabilidade técnica.

A Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002, dispõe sobre registro contábil do ativo fiscal diferido decorrente de diferenças temporárias e de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social. De acordo com a Instrução, o registro contábil do ativo fiscal diferido, pelas Companhias abertas, decorrente de diferenças temporárias e de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido, bem como a manutenção desse registro, deverão atender, cumulativamente, as seguintes condições:

- (i) apresentar histórico de rentabilidade;
- (ii) apresentar expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, que permitam a realização do ativo fiscal diferido em um prazo máximo de dez anos; e
- (iii) os lucros futuros referidos no inciso anterior deverão ser trazidos a valor presente com base no prazo total estimado para sua realização

(c) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia e suas controladas usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. O Grupo utilizou a análise do fluxo de caixa descontado para cálculo de valor justo de diversos ativos financeiros disponíveis para venda, ativos estes não negociados em mercados ativos.

(d) Reconhecimento de receita

A Companhia aufere, principalmente, receitas de licenciamento de software, compreendendo taxa de licenciamento, receita de serviços de manutenção e de suporte ao produto, serviços de customização, consultoria e assessoria permanente.

As receitas relativas à licença de uso são reconhecidas quando: i) da assinatura do contrato e disponibilização do software ao cliente; ii) seu valor pode ser mensurado de forma confiável (conforme os termos do contrato); iii) todos os riscos e benefícios inerentes da licença são transferidos para o comprador; iv) a Companhia não detém mais o efetivo controle sobre a licença; e v) é provável que os benefícios econômicos serão gerados em favor da Companhia.

As receitas de serviços de customização e consultoria são reconhecidas à medida que os serviços são prestados, conforme contratos de prestação de serviços. Os casos em que o serviço foi prestado, porém ainda não faturado, são registrados como serviços em andamento na rubrica "contas a receber" no ativo circulante.

As receitas de serviços prestados são reconhecidas no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

As receitas de serviços estão sujeitas à tributação pelo Imposto sobre Serviços ("ISS") às alíquotas vigentes em cada região e à tributação pelo PIS e COFINS na modalidade cumulativa para as receitas auferidas com serviços de informática, às alíquotas de 0,65% e 3,00% respectivamente, bem como o

INSS Patronal à aliquota de 2,00% até o mês de novembro do exercício de 2015 e 4,5% apartir do mês de dezembro do mesmo exercício.

Conforme art. 8º da Lei nº 10.637, de 2002, e do art. 10 da Lei nº 10.833, de 2003, estão excluídas do regime de não-cumulatividade as receitas provenientes das atividades de desenvolvimento de software e o seu licenciamento ou cessão de direito de uso, bem como de análise, programação, instalação, configuração, assessoria, consultoria, suporte técnico e manutenção ou atualização de software, compreendidas ainda como softwares as páginas eletrônicas, auferidas por empresas de serviços de informática. A exclusão da não-cumulatividade não alcança a comercialização, licenciamento ou cessão de direito de uso de software importado.

(e) Benefícios de planos de pensão

As empresas do Grupo oferecem aos empregados um plano de previdência privada, estruturado na modalidade de contribuição definida, cujo objetivo é proporcionar a acumulação de recursos que poderão ser transformados em renda mensal, com o intuito de complementar o benefício oferecido pela Previdência Social. O plano possui contribuições voluntárias dos participantes, via desconto em folha de pagamento. As empresas não possuem qualquer responsabilidade sobre o fundo ou sobre sua Administração.

2.2 Julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos deteriorado e as perdas por Impairment são incorridas somente se há evidência objetiva de Impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo ou grupo de ativos que pode ser estimado de maneira confiável.

O montante da perda por Impairment é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por Impairment é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o Impairment com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, em um exercício subsequente, o valor da perda por Impairment diminuir e a redução puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o Impairment ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

A Companhia, levando em consideração as premissas descritas anteriormente, avalia a recuperação do valor contábil dos ativos utilizando o conceito do "valor em uso", através de modelos de fluxo de caixa descontado das unidades geradoras de caixa, representativas dos conjuntos de bens tangíveis e intangíveis utilizados no desenvolvimento e venda de diferentes soluções aos seus clientes.

O processo de determinação do valor em uso envolve utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa, tais como taxas de descontos. As premissas sobre projeções de crescimento, do fluxo de caixa e dos fluxos de caixa futuro são baseadas no plano de negócios da Companhia, aprovado anualmente pela Administração, das condições econômicas que existirão durante a vida econômica das diferentes Unidades Geradoras de Caixa, conjunto de ativos que

SENIOR SOLUTION S.A. E SUAS CONTROLADAS. 31 de dezembro de 2015

proporcionam a geração dos fluxos de caixa. Os fluxos de caixa futuros foram descontados com base na taxa representativa do custo de capital.

De forma consistente com as técnicas de avaliação econômica, a avaliação do valor em uso é efetuada por um exercício de cinco anos, e a partir de então, considerando-se a perpetuidade das premissas tendo em vista a capacidade de continuidade dos negócios por tempo indeterminado.

As taxas de crescimento utilizadas para extrapolar as projeções em 31 de dezembro de 2015, além do exercício de cinco anos variaram de 1% a 5% para um exercício de doze meses. Os fluxos de caixa futuros estimados foram descontados a taxa de desconto de 16,69% a.a., para cada unidade geradora de caixa analisada.

As principais premissas usadas nas estimativas do valor em uso são como segue:

- Receitas as receitas foram projetadas entre 2016 e 2021 considerando o crescimento da base de clientes das diferentes Unidades Geradoras de Caixa.
- Custos e despesas operacionais os custos e despesas foram projetados em linha com o desempenho histórico da Companhia, bem como, com o crescimento histórico das receitas e ganho de eficiência.
- Investimentos de capital os investimentos em bens de capital foram estimados considerando a atual infraestrutura tecnológica necessária para viabilizar a oferta dos serviços, com base no histórico da Companhia e do crescimento projetado.

As premissas-chave foram baseadas no desempenho histórico da Companhia e em premissas macroeconômicas razoáveis e fundamentadas com base em projeções do mercado financeiro, documentadas e aprovadas pela Administração da Companhia.

3 Gestão de risco financeiro

3.1 Fatores de risco financeiro

O Grupo possui uma diretoria financeira responsável pela gestão de riscos, contando com a supervisão do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria Estatutário, e é responsável por definir a política, administrar os riscos e gerenciar os instrumentos financeiros através de sistemas de controle, os quais estabelecem limites de exposição cambial e juros, e definem a destinação dos recursos junto às instituições financeiras. As posições de todos os instrumentos financeiros, inclusive os derivativos, bem como os resultados obtidos em relação aos objetivos propostos, são apresentadas e avaliadas mensalmente pela diretoria financeria e submetidas à apreciação do Conselho de Administração da Companhia.

(a) Risco de Liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia e suas controladas em não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia e suas controladas são monitorados diariamente pelas áreas de Gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia e suas controladas.

(b) Risco de Crédito

Decorre de eventual dificuldade de cobrança dos valores dos serviços de manutenção e serviços prestados a seus clientes e das vendas de licenças.

SENIOR SOLUTION S.A. E SUAS CONTROLADAS. 31 de dezembro de 2015

A Companhia e suas controladas também estão sujeitas a risco de crédito proveniente de suas aplicações financeiras.

O risco de crédito relativo à prestação de serviços e venda de licenças é minimizado por um controle estrito da base de clientes e gerenciamento ativo da inadimplência por meio de políticas claras referentes à concessão de serviços e venda de licenças. Não há concentração de transações com clientes e historicamente o nível de inadimplência é muito baixa.

Com relação ao risco de crédito associado às instituições financeiras, a Companhia e suas controladas atuam de modo a diversificar essa exposição entre instituições financeiras de primeira linha.

(c) Risco de Mercado

Risco de Taxas de Juros e Inflação: O risco de taxa de juros decorre da parcela da dívida referenciada ao TJLP e INPC e aplicações financeiras referenciadas em CDI, que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação.

(d) Operações com derivativos

A Companhia não possui operações com derivativos de caráter especulativo.

(e) Análise de sensibilidade adicional requerida pela CVM

Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados à variação do Certificado do Depósito Interbancário (CDI) para as aplicações financeiras, à variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) para empréstimos e financiamentos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e às variações do Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA), Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) e Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M) para correção de contratos com clientes e fornecedores e de obrigações por aquisição de investimentos.

Os instrumentos financeiros da Companhia são representados por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, a pagar, empréstimos e financiamentos, e estão registrados pelo valor de custo, acrescidos de rendimentos ou encargos incorridos, os quais em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 se aproximam dos valores de mercado.

Os principais riscos atrelados às aplicações financeiras decorrem de variações nas taxas de rentabilidade dos ativos, como aplicações em CDB (Certificado de Depósito Bancário) e operações compromissadas, com juros médios equivalentes variando a 100% a 105% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário).

Por outro lado, os financiamentos referem-se a operações efetuadas dentro do programa para o desenvolvimento da indústria de software e serviços de tecnologia da informação (PROSOFT), para os quais o BNDES considera as condições de cada Companhia, na obtenção do empréstimo. Nessas condições, o valor registrado é o mais próximo do valor de mercado desses instrumentos financeiros.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras ao qual a Companhia estava exposta na data-base no 31 de dezembro de 2015, foram definidos três cenários diferentes. Com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, foi obtida a projeção do CDI para os próximos 12 meses, cuja média foi de 13,37% para o ano de 2016 e este definido como cenário provável; a partir deste, foram calculadas variações de 25% e 50%. Foi atribuído às aplicações financeiras um rendimento médio de 102,5%, uma vez que nossas aplicações estão atreladas ao rendimento entre 100% a 105% do CDI.

Para cada cenário foi calculada a "receita financeira bruta", não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. A data-base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2015, projetando um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário.

<u>Operação</u>	<u>31.12.2015</u> Consolidado	<u>Risco</u>	<u>Cenário 1</u>	Cenário 2	Cenário 3
Aplicações financeiras	43.064.121	CDI	13,37%	10,03%	6,68%
Média Juros equivalentes CDB(100% e 105%)		102,5% CDI	13,70%	10,28%	6,85%
Receita financeira			5.900.290	4.425.218	2.950.145

Com o objetivo de verificar a sensibilidade do indexador nas dívidas ao qual a Companhia está exposta na data-base de 31 de dezembro de 2015, foram definidos três cenários diferentes. Com base nos valores da TJLP e IPCA vigentes em 31 de dezembro de 2015, foi definido o cenário provável para o ano de 2016 e a partir deste calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2015. A data-base utilizada para os financiamentos foi de 31 de dezembro de 2015 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

<u>Operação</u>	<u>31.12.2015</u> Consolidado	<u>Risco</u>	<u>Cenário 1</u>	<u>Cenário 2</u>	Cenário 3
BNDES - nº 11201401016 Taxa de variação	3.087.510	TJLP+1%	262.438 8,50%	328.048 10,63%	393.658 12,75%
BNDES – nº 14209211 (ii) Taxa de variação	11.000.000	TJLP+1%	935.000 8,50%	1.168.750 10,63%	1.402.500 12,75%

A Companhia tem contratos de empréstimos, financiamentos, com cláusulas restritivas normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionados ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas foram atendidas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações.

3.2 Gestão de capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha um rating de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

A Companhia controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Para manter ajustada esta estrutura, a Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos, retorno de capital aos acionistas, captação de novos empréstimos, emissão de notas promissórias e a contratação de operações com derivativos.

A Companhia considera dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos e financiamentos, menos caixa e equivalentes de caixa.

Em 2015, a estratégia do Grupo, que ficou inalterada em relação à de 2014, foi a de manter caixa liquido, ou seja, deter recursos, caixa e equivalente de caixa, superiores ao saldo de sua dívida. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 podem ser assim sumariados:

		Consolidado
	2015	2014
		(Reapresentado –
		nota 1.5)
Total dos empréstimos (Nota 15)	13.855.747	3.991.077

SENIOR SOLUTION S.A. E SUAS CONTROLADAS. 31 de dezembro de 2015

Total do capital	32.066.378	19.785.916
Total do patrimônio líquido	66.082.334	59.900.245
Caixa líquido	(34.015.956)	(40.114.329)
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	(47.871.703)	(44.105.406)

3.3 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (Impairment), estejam próximos de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para o Grupo para instrumentos financeiros similares.

Conforme determina o CPC4o/IFRS 7 – Instrumentos Financeiros, a Companhia deve classificar seus instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo, seguindo a seguinte hierarquia de técnicas de avaliação:

Nível 1 – precos cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2 – informações diferentes dos preços negociados em mercado ativos incluídos no nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente. Este item não é aplicável a Companhia em 31 de dezembro de 2015

Nível 3 – técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado. Este item não é aplicável a Companhia em 31 de dezembro de 2015.

3.4 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(a) Instrumento financeiro por categoria

	Consoli				
	Empréstimos e recebíveis	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total	
31 de dezembro de 2015 Ativos, conforme o balanço patrimonial					
Contas a receber de clientes	12.138.898	-	_	12.138.898	
Caixa e equivalentes de caixa		-	-	-	
Caixa e bancos	4.807.582	-	-	4.807.582	
Aplicações financeiras	-	43.064.121	-	43.064.121 -	
	16.946.480	43.064.121		60.010.601	

			Consolida		
	Empréstimos e recebíveis	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total	
31 de dezembro de 2015 Passivo, conforme o balanço patrimonial Empréstimos e Financiamentos Obrigações por aquisição de investimento Fornecedores	- - -	- - -	13.855.747 5.977.986 928.514	13.855.747 5.977.986 928.514	
	<u>-</u>	-	20.762.247	20.762.247	

Seção C - Informações por segmento

4 Apresentação de informações por segmentos

As empresas do Grupo possuem como objetivo o fornecimento de produtos e serviços de informática em tecnologia, além de consultoria, visando o atendimento ao mercado financeiro. Muito embora os produtos sejam destinados a diversos segmentos dentro das instituições financeiras, estes não são controlados e gerenciados pela Administração como segmentos independentes, sendo os resultados do Grupo acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada.

Seção D - Estrutura do Grupo

5 Investimentos

(a) Movimentação dos investimentos

	Intellectual Capital Ltda (i)	Senior Solution Consultoria em Informática Ltda.	Senior Solution Serviços em Informática Ltda.	Controlpart Consultoria e Participações Ltda .	Total
Investimentos em 31 de dezembro de 2014	5.353.616	17.069.064	1.159.905	5.252.929	28.835.514
Aumento de Capital (ii) Equivalência patrimonial	-	4.500.000 132.806	- 233.807	- 831.121	4.500.000 1.197.734
Investimentos em 31 de março de 2015	5.353.616	21.701.870	1.393.712	6.084.050	34.533.248
Equivalência patrimonial	-	698.008	(685.628)	624.206	636.586

Investimentos em 30 de junho de 2015	5.353.616	22.399.878	708.084	6.708.256	35.169.834
Aumento de Capital (iii) Equivalência patrimonial Distribuição de lucros	- - -	630.586 -	550.000 (39.244) -	- 442.131 (1.761.860)	550.000 1.033.473 (1.761.860)
Investimentos em 30 de setembro de 2015	5.353.616	23.030.464	1.218.840	5.388.527	34.991.447
Impairment <i>Goodwill</i> Aquisição de investimento Equivalência patrimonial Distribuição de lucros	(1.900.000) - - -	2.000.000 762.240 (41.638)	- (533.101) -	- - 142.519 -	(1.900.000) 2.000.000 371.658 (41.638)
Investimentos em 31 de dezembro de 2015	3.453.616	25.751.066	685.739	5.531.046	35.421.467

- (i) Empresa incorporada pela Senior Solution S.A. em 22 de julho de 2008.
- (ii) Em reunião de Conselho de Administração realizada em 30 de janeiro de 2015 foi aprovado o aumento de capital social na controlada Senior Consultoria em Informática Ltda.
- (iii) Refere-se a integralização do capital social com o adiantamento para futuro aumento de capital realizado em 24 de junho de 2015.

(b) Informações das controladas

					Total de investimento		Resultado de equivalência patrimonial	
Investimento direto	Patrimônio líquido	Participação (%)	Ágio na aquisição - Goodwill	Resultado do período	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Senior Solution Serviços em Informática Ltda. Senior Solution	685.739	100%	-	(1.024.167)	685.739	1.159.905	(1.024.164)	(445.485)
Consultoria em Informática Ltda. Controlpart	25.751.066	100%	-	2.223.640	25.751.066	17.069.064	2.223.640	3.279.502
Consultoria e Participações Ltda.	2.807.415	100%	2.723.631	2.039.975	5.531.046	5.252.929	2.039.975	3.264.905
Intellectual Capital Ldta.	N/A	N/A	3.453.616	N/A	3.453.616	5.353.616	N/A	N/A
					35.421.467	28.835.514	3.239.451	6.098.922

(c) Investimentos indiretos

				Total de investimento		equiv	ltado de ⁄alência monial
Investimento indireto	Patrimônio líquido	Participação indireta (%)	Resultado do período	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Aquarius Tecnologia e							
Informática Ltda Pleno Tecnologia	3.601.443	100%	1.373.275	3.601.443	-	1.373.275	-
e Sistemas Ltda	210.695	100%	(153.299)	210.695	_	(153.299)	-

6 Combinação de negócios

As combinações de negócios e novas aquisições de investimentos estão alinhadas com a estratégia da Companhia de especialização e consolidação do seu posicionamento em diferentes segmentos, além de trazer novas soluções para os clientes da SENIOR SOLUTION S.A. através da diversificação de portfólio com soluções específicas de nicho.

a) Aquisição da Aquarius Tecnologia e Informática Ltda ("Aquarius Tecnologia").

Em 2 de fevereiro de 2015 a Companhia, através de sua controlada Senior Solution Consultoria em Informática Ltda. ("Senior Consultoria"), celebrou o Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças por meio do qual adquiriu a totalidade das quotas da Aquarius Tecnologia e Informática Ltda.

A aquisição da Aquarius Tecnologia representa, além de uma importante expansão e diversificação da base de clientes, a continuidade de uma estratégia bem sucedida de ampliar a oferta de produtos e serviços para os vários segmentos do setor financeiro.

A Aquarius Tecnologia é uma das principais fornecedoras de softwares aplicativos para o segmento de consórcios. O referido segmento é formado por 187 administradoras, com mais de 21 mil grupos ativos e 7 milhões de quotas, segundo dados divulgados pelo Banco Central do Brasil. Com 30 anos de atuação, atende 55 clientes incluindo as principais administradoras de consórcios do país. No período de 12 meses encerrado em 30 de setembro de 2014, a receita líquida da Aquarius Tecnologia alcançou R\$ 6,2 milhões.

A transação envolveu o montante de R\$6.500.000 composto por (a) parcela à vista de R\$ 5.000.000, desembolsada na data da aquisição, e (b) parcelas à prazo totalizando R\$ 1.500.000, a serem desembolsadas por meio de 36 pagamentos mensais reajustados anualmente pela variação do IPCA.

O valor da transação poderá ser acrescido de uma parcela adicional de até R\$2.500.000, vinculada ao alcance de receita líquida entre R\$6.000.000 e R\$8.000.000 em 2015 e calculada por interpolação linear nesse intervalo. Na data da aquisição e no término do exercício, com base na estimativa realizada pela Administração, o montante de R\$ 718.115 foi considerado provável e, portanto, foi incluído como parte do preço de aquisição. A obrigação está divulgada como contraprestação contingente.

O balanço patrimonial na data da aquisição, ou seja, em 02 de feverereiro de 2015, apresentava os seguintes saldos:

AQUARIUS TECNOLOGIA E INFORMÁTICA LTDA BALANÇO PATRIMONIAL EM 02 DE FEVEREIRO DE 2015

(em reais)

	02.02.2015		02.02.2015
ATIVO		PASSIVO	
Circulante		Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	302.695	Fornecedores e prestadores de serviços	25.537
Contas a receber	532.443	Adiantamento de cliente	5.418
Despesas antecipadas	13.821	Salários, encargos sociais e provisões trabalhistas	511.328
Impostos e contribuições a recuperar	27.527	Distribuição de lucros a pagar	220.591
Adiantamento e outros créditos a receber	20.873	Obrigações tributárias	82.260
	0	Provisão de imposto de renda e contribuição social diferidos	38.587
Total do ativo circulante	897.359	Total do passivo circulante	883.721
Não circulante		Patrimônio líquido	
Imobilizado	22.565	Capital social	1.200.625
Intangível	1.191.965	Reserva de capital	27.543
Total do ativo não circulante	1.214.530	Total do patrimônio líquido	1.228.168
Total do ATIVO	2.111.889	Total do PASSIVO	2.111.889

b) Aquisição da Pleno Tecnologia e Sistemas Ltda ("Pleno Tecnologia").

Em 23 de novembro de 2015 a Companhia, através de sua controlada Senior Solution Consultoria em Informática Ltda. ("Senior Consultoria"), celebrou o Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças por meio do qual adquiriu a totalidade das quotas da Pleno Tecnologia e Sistemas Ltda ("Pleno Tecnologia"), desenvolvedora de softwares aplicativos para o segmento de consórcios.

O valor inicial da transação é de R\$ 2.200.000,00 desembolsado à vista na data da aquisição, e será acrescido de uma parcela adicional de até R\$ 700.000,00, vinculada ao alcance de receita líquida entre R\$ 2.000.000,00 e R\$ 2.500.000,00 em 2015, que foi considerada provável na data de aquisição, com base em estimativa realizada pela administração, e portanto, foi incluída como parte do preço de aquisição em 31 de dezembro de 2015. No exercício de 2015 a Pleno obteve receita líquida de R\$ 2.701.260,26.

O balanço patrimonial na data de aquisição, ou seja, em 23 de novembro de 2015, apresentava os seguintes saldos:

PLENO TECNOLOGIA E SISTEMAS LTDA BALANÇO PATRIMONIAL EM 23 DE NOVEMBRO DE 2015 (em reais)

	23.11.2015	:	23.11.2015
Ativo Circulante		Passivo Circulante	
Disponibilidades Contas a receber	110.704 295.463	Fornecedores e prestadores de serviços Salários, encargos sociais e provisões trabalhistas	34.725 281.142

Impostos a recuperar Outros créditos a receber	23.11.2015 14.832 40.515	Obrigações tributárias Dividendos a pagar Outras contas a pagar cp	23.11.2015 32.265 113.173 209
Total do ativo circulante Não circulante	461.514	Total do passivo circulante	461.514
Realizável a longo prazo	-	Patrimônio líquido	250 000
Imobilizado Intangível	41.638 819	Capital social Reserva Legal Reserva de Capital	250.000 181.712 27.632
Total do ativo não circulante	42.457	Prejuízos acumulados Total do patrimônio líquido	<u>(416.887)</u> 42.457
Total do ativo	503.971	Total do passivo	503.971

6.1 ATIVOS IDENTIFICÁVEIS ADQUIRIDOS E GOODWILL

a) Aquisição da Aquarius Tecnologia e Informática Ltda ("Aquarius Tecnologia").

O valor justo dos ativos tangíveis e intangíveis presentes nas demonstrações contábeis da adquirida foram registrados na data da aquisição.

Os ativos intangíveis não reconhecidos nas demonstrações financeiras da adquirida foram registrados como ágio na data da transação. A alocação preliminar do preço de compra destes intangíveis foi registrada em 30 de junho de 2015, enquanto os ajustes finais desta alocação foram efetuados em 30 de setembro de 2015. O método utilizado para a avaliação dos intangíveis foi baseado no fluxo de caixa descontado.

O valor justo dos ativos e passivos adquiridos na data da aquisição é o seguinte:

	Valor dos livros da Adquirida	Ajuste de avaliação	Valor justo na Adquirida
Os ativos e passivos decorrentes da aquisição são:			
Caixa e equivalentes de caixa	302.695		302.695
Clientes	532.443		532.443
Outros ativos	62.221		62.221
Ativo não circulante	1.214.530		1.214.530
Carteira de clientes		2.017.624	2.017.624
Marca		541.476	541.476
Software		627.800	627.800
Passivo circulante	(883.721)		(883.721)
Goodwill		2.803.047	2.803.047
Preço da transação			7.218.115
Provisão a pagar			718.115
Pagamento em dinheiro			6.500.000
Caixa e equivalentes de caixa na controlada adquirida			302.695
Saída de caixa na aquisição		-	6.197.305

O laudo de avaliação dos ativos e passivos a valor justo, base para a determinação da alocação do preço

das aquisições acima, foi elaborado em 21 de julho de 2015 por especialistas independentes.

b) Aquisição da Pleno Tecnologia e Sistemas Ltda ("Pleno Tecnologia").

Os ativos intangíveis da adquirida não reconhecidos nas demonstrações financeiras foram registrados como ágio na data da transação, tendo em vista que a Companhia está elaborando análise do valor justo dos ativos e passivos, não sendo praticável no momento do encerramento dessas Demonstrações Financeiras, realizar a alocação, ainda que preliminar, do preço de compra. Adicionalmente, os referidos estudos indicam: (i) geração de caixa suficiente para recuperar os investimentos efetuados e (ii) as alocações de preço de compra provavelmente serão realizadas nos ativos intangíveis de software e carteira de clientes.

Seção E - Notas explicativas relevantes selecionadas

7 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos da Companhia.

F		Controladora		Consolidado
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Caixa Bancos Aplicações financeiras (i)	672.495 39.383.662	61 616.416 38.211.312	1.493 4.806.089 43.064.121	798 1.481.305 42.623.303
	40.056.157	38.827.789	47.871.703	44.105.406

(i) A Companhia tem políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e são substancialmente remunerados com base em percentuais da variação dos Certificados de Depósito Interbancário (CDI). Portanto, referem-se a aplicações em fundos de investimento em renda fixa, Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e operações compromissadas, com juros médios equivalentes variando de 100% a 103,5% do CDI e liquidez imediata, ou seja, sem carência para resgates.

8 CONTAS A RECEBER

	Controladora			Consolidado
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Valores faturados Serviços a faturar (i) (-) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (ii)	1.057.957 3.831.562 (75.723)	1.461.098 3.165.581 (99.987)	4.491.174 7.864.832 (217.108)	4.633.086 6.047.841 (124.737)
	4.813.796	4.526.692	12.138.898	10.556.190

- (i) O valor de Serviços a faturar refere-se a receita decorrente de serviços efetivamente prestado aos clientes, mas que até a data base das demonstrações financeiras não havia sido faturado.
- (ii) Apresentamos abaixo a movimentação da provisão para perdas em créditos de liquidação duvidosa:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2014	(99.987)	(124.737)
Adições		(16.948)
Adições por aquisição de empresa		(25.593)
Reversões	24.264	24.264
Saldo em 31 de março de 2015	(75.723)	(143.014)
Adições		(1.734)
Reversões		6.403
Saldo em 30 de junho de 2015	(75.723)	(138.345)
Adições		
Reversões		
Saldo em 30 de setembro de 2015	(75.723)	(138.345)
Adições por aquisição de empresa		(78.763)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(75.723)	(217.108)

A seguir apresentamos os montantes a receber líquidos, por idade de vencimento (aging list):

	Controladora			Consolidado	
_	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014	
Serviços a faturar A vencer Contas vencidas – de 1 a 90 dias Contas vencidas – de 91 a 180 dias	3.831.562 873.011 83.414	3.165.581 849.221 386.682	7.864.832 3.890.413 353.934 3.910	6.047.841 3.566.528 816.613	
Contas vencidas – de 181 a 270 dias Contas vencidas – de 271 a 360 dias Contas vencidas –mais de 360 dias	25.809	125.208	25.809	125.208	
- -	4.813.796	4.526.692	12.138.898	10.556.190	

9 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	Controladora			Consolidado	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014	
IRRF e IRPJ/CSLL a compensar (i) PIS, COFINS e CS retidos na fonte (ii) IR sobre aplicações financeiras	2.054.498 51.868	779.840 111.223	3.986.500 66.665 1.238	2.248.585 127.578	
	2.106.366	891.063	4.054.403	2.376.163	

- (i) Refere-se ao imposto de renda retido na fonte e imposto de renda e contribuição social sobre o lucro antecipado durante o exercício.
- (ii) Refere-se ao PIS, COFINS e contribuição social retidos na fonte no recebimento dos valores de notas fiscais emitidas por serviços prestados ou licenças de *software* contratadas.

10 DESPESAS ANTECIPADAS

As despesas antecipadas são compostas basicamente por pagamentos antecipados de IPTU e pagamentos a outros fornecedores.

11 ADIANTAMENTO E OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

	C	Controladora_		Consolidado
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Adiantamento de salário Adiantamento de férias Adiantamento a fornecedores	26.068 8.245	8.713 21.451 13.065	83.469 87.411	8.713 46.023 15.472
	34.313	43.229	170.880	70.208

12 INFORMAÇÕES SOBRE PARTES RELACIONADAS

a) PARTES RELACIONADAS COM EMPRESAS DO GRUPO

Abaixo são apresentadas as informações da Controladora Senior Solution S.A. e suas controladas:

	% participação societária				
Razão Social	31.12.2015	30.09.2015	30.06.2015	31.03.2015	
Senior Solution Serviços em Informática Ltda.	100%	100%	100%	100%	
Senior Solution Consultoria em	100%	0/	0/	0/	
Informática Ltda.		100%	100%	100%	
Controlpart Consultoria e Participações Ltda.	100%	100%	100%	100%	
Aquarius Tecnologia e Informática Ltda. (i)	100%	100%	100%	100%	
Pleno Tecnologia e Sistemas Ltda (i)	100%	N/A	N/A	N/A	

(i) O percentual apresentado refere-se à participação indireta da Companhia através de sua investida direta Senior Solution Consultoria em Informática Ltda. ("Senior Consultoria"). A Senior Consultoria é a sociedade controladora da Aquarius Tecnologia e Informática Ltda. e da Pleno Tecnologia e Sistemas Ltda, com participação de 100% sobre o capital social da investida em 31 de dezembro de 2015.

A tabela a seguir apresenta as informações referentes a saldos em aberto em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 entre a Controladora, suas controladas e administradores da Companhia:

						Controladora
	Valores devidos por partes relaciona das (Ativo)	Valores devidos a partes relaciona das (Passivo)	Valores partes relacionadas (Resultado)	Valores devidos por partes relaciona das (Ativo)	Valores devidos a partes relaciona das (Passivo)	Valores partes relacionadas (Resultado)
Partes relacionadas		31.12.201	5		31.12.201	4
Senior Solution Serviços em Informática Ltda.	2.011.830		(1.855.277)	1.840.161	-	(1.326.220)
Senior Solution Consultoria em Informática Ltda.	908.127		(2.976.745)		324.552	(2.859.475)
Controlpart Consultoria e Participações Ltda. Aquarius Tecnologia e Informática Ltda	213.118		(382.733)			
Não Circulante (i) Resultado	3.133.075		(5.214.755)	1.840.161	324.552	(4.185.695)

(i) As transações entre as empresas do Grupo referem-se a compartilhamento de gastos, principalmente administrativos, e são executadas com base em contratos firmados. Não há quaisquer transações de compra e venda de produtos ou serviços entre as empresas. As transações são liquidadas financeiramente com prazo médio de 380 dias.

b) REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

A Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pós-emprego, bem como não oferece outros benefícios de longo prazo, tais como licença por tempo de serviço e outros benefícios por tempo de serviço. A Companhia também não oferece outros benefícios no desligamento de seus membros da alta Administração, além daqueles definidos pela legislação trabalhista vigente no Brasil.

Benefícios de curto prazo

Os benefícios de curto prazo incluem remuneração fixa (pró-labore), encargos sociais (contribuições para a seguridade social - INSS, e outros), previdência privada e remunerações variáveis como participação nos lucros e bônus, dependendo da modalidade de contratação de cada um. Os desembolsos com remuneração dos principais executivos e administradores da Companhia e suas

Os desembolsos com remuneração dos principais executivos e administradores da Companhia e suas controladas, são resumidos como segue:

	Controladora			Consolidado
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Salários, honorários e encargos sociais Benefícios Bônus variáveis	2.753.572 292.714 987.645	2.419.440 250.325 405.516	5.137.320 584.058 1.449.447	3.876.859 451.770 555.259
	4.033.931	3.075.281	7.170.825	4.883.888

13 IMOBILIZADO

a) Abertura do imobilizado

			Co	ontroladora
			31.12.2015	31.12.2014
Vida útil		Depreciação		
(anos)	Custo	Acumulada	Líquido	Líquido
9 – 12	265.968	(212.635)	53.333	51.287
9 – 12	252.574	(147.340)	105.234	116.979
9 – 12	538.153	(392.843)	145.310	178.863
4 - 5	1.007.453	(806.311)	201.142	165.464
<u>-</u>				
=	2.064.148	(1.559.129)	505.019	512.593
	9 - 12 9 - 12 9 - 12 9 - 12	(anos) Custo 9-12 265.968 9-12 252.574 9-12 538.153 4-5 1.007.453	(anos) Custo Acumulada 9-12 265.968 (212.635) 9-12 252.574 (147.340) 9-12 538.153 (392.843) 4-5 1.007.453 (806.311)	Vida útil (anos) Depreciação Acumulada Líquido 9 - 12 265.968 (212.635) 53.333 9 - 12 252.574 (147.340) 105.234 9 - 12 538.153 (392.843) 145.310 4 - 5 1.007.453 (806.311) 201.142

				(Consolidado_
				31.12.2015	31.12.2014
	Vida útil		Depreciação		_
	(anos)	Custo	acumulada	Líquido	Líquido
Instalações	9 - 12	421.362	(335.062)	86.300	56.264
Aparelhos e materiais elétricos	9 - 12	275.678	(156.678)	119.000	127.992
Móveis e utensílios	9 - 12	1.102.639	(841.255)	261.384	331.232
Computadores e periféricos	4 - 5	2.781.465	(2.485.689)	295.776	365.333
	 	4.581.144	(3.818.684)	762.460	880.821

b) Movimentação do imobilizado - Controladora

	Instalações e benfeitorias	Aparelhos e materiais elétricos	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Total
<u>Custo</u>					
Saldos em 31 de dezembro de					
2014	253.601	238.227	538.153	952.917	1.982.898
Adições	12.367	2.935		66.536	81.838
Saldos em 31 de março de 2015	265.968	241.162	538.153	1.019.453	2.064.736
Adições	-	5.432	-	-	5.432
Saldos em 30 de junho de 2015	265.968	246.594	538.153	1.019.453	2.070.168
Adições	-	=	-	21.540	21.540
Saldos em 30 de setembro de					
2015	265.968	246.594	538.153	1.040.993	2.091.708
Adições	-	5.980		7.308	13.288
Baixas			<u>-</u>	(40.848)	(40.848)
Saldos em 31 de dezembro de					
2015	265.968	252.574	538.153	1.007.453	2.064.148
<u>Depreciação</u> Saldos em 31 de dezembro de					
2014	(202.314)	(121.248)	(359.290)	(787.453)	(1.470.305)
Adições	(3.414)	(7.211)	(11.301)	(12.541)	(34.467)
Baixas	883	4.011	11.963	3.324	20.181
Saldos em 31 de março de 2015	(204.845)	(124.448)	(358.628)	(796.670)	(1.484.591)
Adições	(2.659)	(7.493)	(11.323)	(16.079)	(37.554)
Saldos em 30 de junho de 2015	(207.504)	(131.941)	(369.951)	(812.749)	(1.522.145)
Adições	(2.593)	(7.654)	(11.446)	(17.036)	(38.729)
Saldos em 30 de setembro de					
2015	(210.097)	(139.595)	(381.397)	(829.785)	(1.560.874)
Adições	(2.538)	(7.745)	(11.446)	(17.374)	(39.103)
Baixas				40.848	40.848
Saldos em 31 de dezembro de					
2015	(212.635)	(147.340)	(392.843)	(806.311)	(1.559.129)
Saldo líquido 31 de dezembro					
de 2015	53.333	105.234	145.310	201.142	505.019

c) Movimentação do imobilizado - Consolidado

	Instalações e benfeitorias	Aparelhos e materiais elétricos	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Total
Custo					
Saldos em 31 de dezembro de 2014	378.700	257.049	1.061.965	2.630.492	4.328.206
Adições	19.164	2.934		66.536	88.634
Adição por aquisição de empresa (i)			32.163	53.836	85.999
Saldos em 31 de março de 2015	397.864	259.983	1.094.128	2.750.864	4.502.839
Adições	-	5.432	36	-	5.468
Saldos em 30 de junho de 2015	397.864	265.415	1.094.164	2.750.864	4.508.307
Adições	13.128	1.301	-	21.532	35.961
Baixas	-	-	(8.251)	2.699	(5.552)
Saldos em 30 de setembro de 2015	410.992	266.716	1.085.913	2.775.095	4.538.716
Adições	10.370	8.962	2.780	7.308	29.420
Adição por aquisição de empresa (i)	-	-	13.946	39.911	53.857

	Instalações e benfeitorias	Aparelhos e materiais elétricos	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Total
Baixas		=	=	(40.849)	(40.849)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	421.362	275.678	1.102.639	2.781.465	4.581.144
<u>Depreciação</u>					
Saldos em 31 de dezembro de 2014	(322.436)	(129.057)	(730.733)	(2.265.159)	(3.447.385)
Adições	(3.970)	(7.701)	(31.848)	(64.931)	(108.450)
Adição por aquisição de empresa (i)	-	-	(31.070)	(32.364)	(63.434)
Baixas	1.046	4.522	11.963	3.324	20.855
Saldos em 31 de março de 2015	(325.360)	(132.236)	(781.688)	(2.359.130)	(3.598.414)
Adições	(3.320)	(7.971)	(24.576)	(49.047)	(84.914)
Saldos em 30 de junho de 2015	(328.680)	(140.207)	(806.264)	(2.408.177)	(3.683.328)
Adições	(3.263)	(8.159)	(32.234)	(54.637)	(98.293)
Baixas			19.450		19.450
Saldos em 30 de setembro de 2015	(331.943)	(148.366)	(819.048)	(2.462.814)	(3.762.171)
Adições	(3.119)	(8.312)	(21.074)	(52.755)	(85.260)
Adição por aquisição de empresa (i)	-	=	(1.133)	(10.969)	(12.102)
Baixas		=	=	40.849	40.849
Saldos em 31 de dezembro de 2015	(335.062)	(156.678)	(841.255)	(2.485.689)	(3.818.684)

Saldo líquido 31 de dezembro de 2015 86.300 119.000 261.384 295.776

(i) O valor da adição registrada como *goodwill* é decorrente da aquisição da empresa Aquarius 762.460

INTANGÍVEL 14

Abertura do intangível a)

,					Controladora
				31.12.2015	31.12.2014
	Vida útil (anos)	Custo	Amortização acumulada e impairment	Líquido	Líquido
Direito de uso de softwares Marcas e patentes	5 -	232.271 613.232	(157.203) -	75.068 613.232	88.773 613.232
	<u> </u>	845.503	(157.203)	688.300	702.005

					Consolidado
				31.12.2015	31.12.2014
	Vida útil (anos)	Custo	Amortização acumulada e impairment	Líquido	Líquido
Ágio na aquisição de controladas – Goodwill	-	16.037.345	(3.981.745)	12.055.600	8.295.011
Softwares próprios	5	4.909.866	(1.608.641)	3.301.225	2.457.600
Direito de uso de softwares	5	1.320.313	(1.125.994)	194.319	269.259
Valor da carteira de clientes	10	8.610.073	(1.485.937)	7.124.136	5.933.203
Acordo de não competição	5	239.199	(96.875)	142.324	191.359
Marcas e patentes	-	5.452.407	(242.955)	5.209.452	4.910.931
	<u> </u>	36.569.203	(8.542.147)	28.027.056	22.057.363

Tecnologia, conforme apresentado na nota explicativa 3.1.

b) Movimentação do intangível – Controladora

	Direito de uso de softwares	Marcas e patentes	Total
Custo			
Saldos em 31 de dezembro de 2014 Adições	197.083	613.232	810.315
Saldos em 31 de março de 2015 Adições	197.083	613.232	810.315
Saldos em 30 de junho de 2015	197.083	613.232	810.315
Adições	9.465		9.465
Saldos em 30 de setembro de 2015	206.548	613.232	819.780
Adições	25.723		25.723
Saldos em 31 de dezembro de 2015	232.271	613.232	845.503
<u>Amortização</u>			
Saldos em 31 de dezembro de 2014	(108.311)	-	(108.311)
Adições	(13.389)	-	(13.389)
Baixas	1.808	-	1.808
Saldos em 31 de março de 2015	(119.892)	-	(119.892)
Adições	(13.537)	-	(13.537)
Saldos em 30 de junho de 2015	(133.429)	-	(133.429)
Adições	(13.460)	-	(13.460)
Saldos em 30 de setembro de 2015	(146.889)	-	(146.889)
Adições	(10.314)	-	(10.314)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	(157.203)	-	(157.203)
Saldo líquido 31 de dezembro de 2015	75.068	613.232	688.300

36

SENIOR SOLUTION S.A. E SUAS CONTROLADAS. 31 de dezembro de 2015

c) Movimentação do intangível – Consolidado

Total	25.725.163 5.271.832 1.952.194 32.949.189	718.115 - 33.667.304 17.814	33.685.118 2.883.265 820	(410.487) (760.229)	(5.105) (4.843.621) (387.749)	(5.231.370) (838.983) (6.070.353) (571.794) (1.900.000)
Marcas e patentes	4.910.931			5.452.40/	1 1 1 1	(175.630) (175.630) (67.325)
Acordo de não competiç ão	239.199	239,199	239.199	(47.840) (11.960)	(531) (60.331) (12.093)	(72.424) (12.226) (84.650) (12.225)
Valor da carteira de clientes	6.592.448	2.217.932 8.810.380	8.884.209 8.884.209 - - (274.136)	(659.245) (172.136)	- (831.381) (166.642)	(998.023) (277.606) (1.275.629) (210.308)
Direito de uso de softwares	533.829 1.952.194 2.486.023	(1.210.066) 1.275.95 7 17.814	1.293.771 25.722 820	(264.570) (72.791) (760.229)	2.254 (1.095.336) (53.708)	(1.046.138) (31.150) (1.077.288) (48.706)
Softwares próprios	3.072.000	1.819.016 4.891.016	40.451 4.931.467 - - (21.601)	(614.400) (153.600)	(6.828) (77 4.828) (155.306)	(1.033.040) (342.371) (1.375.411) (233.230)
<i>Goodwill</i> na aquisição de controladas	10.376.756 5.271.832 15.648.588	718.115 (3.351.144) 13.015.559	(116.908) 12.898.651 2.857.543 281.151	(2.081.745)	(2.081.745)	(2.081.745) (2.081.745) - (1.900.000)
	Custo Saldos em 31 de dezembro de 2014 Adição se (i) Adição por aquisição de empresa (ii) Saldos em 31 de março de 2015	Adıçoes (1) Transferências (iii) Saldos em 30 de junho de 2015 Adições (i)	Transferências (1v) Saldos em 30 de setembro de 2015 Adições (i) Adição por aquisição de empresa (ii) Transferências (iv)	Amortização Saldos em 31 de dezembro de 2014 Adições Adição por aquisição de empresa (ii)	Baixas Saldos em 31 de março de 2015 Adições Transferências	Saldos em 30 de junho de 2015 Adições Saldos em 30 de setembro de 2015 Adições Impairment (v)

SENIOR SOLUTION S.A. E SUAS CONTROLADAS. 31 de dezembro de 2015

Goodwill na Softwares aquisição de próprios controladas	Saldos em 31 de dezembro de 2015 (3.981.745) (1.608.	Saldo líquido 31 de dezembro de 12.055.600 3.301.225
Direito de res uso de softwares	(1.608.641) (1.125.994)	:5 194.319
Valor da carteira de clientes	(1.485.937) (96.875) (242.955) $(8.542.147)$	7.124.136
Acordo de não competiç ão	(66.875)	142.324
Marcas e patentes	(242.955)	7.124.136 142.324 5.209.452
Total	(8.542.147)	28.027.056

- O valor da adição registrada como goodwill é decorrente da aquisição da empresa Aquarius Tecnologia, durante o primeiro trimestre e da Pleno Tecnologia e Sistemas Ltda. durante o quarto trimestre, conforme apresentado na nota explicativa 3.1.
 - Refere-se aos itens do ativo imobilizado da empresa Aquarius Tecnologia, adquirida em 02 de fevereiro de 2015. Vide nota 3.1.
 - O valor apresentado refere-se a alocação do preço de compra e reclassificação de intangíveis de Direito de Uso de Software para Softwares Próprios da empresa Aquarius Tecnologia. Ξ
 - O valor apresentado refere-se a alocação do preço de compra da empresa Aquarius Tecnologia, conforme nota explicativa 3.1. (iii) (iv)
- proveniente da aquisição da Intellectual (Intellectual Capital Ltda.), empresa incorporada pela Senior Solution S.A. em 2008, visto que o O teste de recuperação dos ativos da Companhia (Impairment), que é realizado anualmente, resultou nesta provisão para o ágio valor estimado de mercado foi inferior ao valor líquido contábil na data da avaliação. Mais informações na nota 2.2.

15 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A composição dos empréstimos é a seguinte:

		_	Controladora e Consolida	
	Encargos	Vencimento	31.12.2015	31.12.2014
BNDES – nº 11201401016 (i) BNDES – nº 14209211 (ii) Ajuste a valor presente	TJLP + 1% a.a. TJLP + 1,1% a.a.	15/08/2018 15/12/2020	3.087.510 11.000.000 (231.763)	4.512.509 (521.432)
Total (–) Circulante		-	13.855.747 (1.258.343)	3.991.077 (1.135.344)
Não circulante		=	12.597.404	2.855.733

- (i) Este contrato possui como garantia o aval dos intervenientes controladores da Companhia.
- (ii) Este contrato possui como garantia carta fiança emitida no mesmo valor por instituição financeira atendendo aos critérios e exigências do BNDES.

Os montantes a longo prazo dos empréstimos e financiamentos seguem o seguinte fluxo de amortização, por trimestre de vencimento:

Trimestre	Controladora e Consolidado	Trimestre	Controladora e Consolidado
1º trimestre 2017	1.027.913	1º trimestre 2019	687.500
2º trimestre 2017	1.027.913	2º trimestre 2019	687.500
3º trimestre 2017	1.027.913	3º trimestre 2019	687.500
4º trimestre 2017	1.027.913	4º trimestre 2019	687.500
1º trimestre 2018	746.438	1º trimestre 2020	687.500
2º trimestre 2018	746.438	2º trimestre 2020	687.500
3º trimestre 2018	746.438	3º trimestre 2020	687.500
4º trimestre 2018	746.438	4º trimestre 2020	687.500
		Não circulante	12.597.404

COVENANTS

O contrato de financiamento BNDES – nº 11201401016 possui cláusulas restritivas normalmente aplicáveis a esse tipo de operação, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Em 31 de dezembro de 2015 a companhia cumpriu as cláusulas restritivas.

O contrato de financiamento BNDES – nº 14209211 não possui cláusulas restritivas relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa, dentre outros.

16 ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

O montante registrado em adiantamento de clientes refere-se a notas fiscais emitidas e valores recebidos de clientes, cujos serviços não foram prestados até o encerramento do exercício. À medida que os serviços são entregues, a Companhia reconhece esses valores como receita no resultado.

17 SALÁRIOS, ENCARGOS SOCIAIS E PROVISÕES TRABALHISTAS

	Co	ontroladora	Consolidado	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Salários e honorários a pagar			73.184	
INSS/FGTS a recolher	487.593	314.581	1.200.213	756.880
IRRF sobre salários	289.785	303.460	649.051	555.863
Provisão para férias	1.142.848	1.294.868	2.978.027	2.430.587
Bônus, comissão e participação nos resultados (i)	1.470.121	2.646.302	1.714.282	3.117.020
Outros	5.249	6.218	12.280	13.119
	3.395.596	4.565.429	6.627.037	6.873.469

(i) A provisão para bônus e participação de resultados é registrada mensalmente, e depende do atingimento das metas corporativas e individuais dos colaboradores. O pagamento desses proventos ocorre sempre no mês de abril do exercício subsequente ao de apuração dos resultados.

18 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	Controladora			Consolidado
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
IR e CS a recolher	124.084	3.431	351.686	124.827
ISS a recolher	209.881	141.942	595.011	512.124
PIS/COFINS a recolher	129.768	32.477	295.169	134.662
Outros impostos a pagar	807	1.728	1.976	1.834
	464.540	179.578	1.243.842	773.447

19 OBRIGAÇÕES POR AQUISIÇÃO DE INVESTIMENTO

Referem-se a obrigações de parcelas a pagar por aquisição dos investimentos efetuados pela Companhia e suas controladas, negociadas com pagamento parcelado. Estão registradas no passivo circulante e não circulante, conforme segue:

,	Controladora		Consolidado_	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Aquisição Controlpart Consultoria e Participações Ltda. Aquisição Drive Consultoria e Informática Ltda. Aquisição Aquarius Tecnologia e Informática Ltda Aquisição Pleno Ajuste a valor presente	366.117 - - - (24.168)	366.117 - - (30.143)	366.117 1.406.250 1.218.115 700.000 (191.941)	366.117 1.406.249 - (187.189)
Passivo circulante	341.949	335.974	3.498.541	1.585.177
Aquisição Controlpart Consultoria e Participações Ltda Aquisição Drive Consultoria e Informática Ltda Aquisição Aquarius Tecnologia e Informática Ltda Ajuste a valor presente	1.220.387 - - (38.077)	1.586.501 - (62.245)	1.220.387 778.125 583.333 (102.400)	1.586.501 2.184.377 - (206.961)
Passivo não circulante	1.182.310	1.524.256	2.479.445	3.563.917
Obrigações por aquisição de investimento	1.524.259	1.860.230	5.977.986	5.149.094

O saldo do passivo não circulante segue o seguinte fluxo de amortização, por trimestre de vencimento:

Trimestre	Controladora	Consolidado
		_
1º trimestre 2017	87.007	372.312
2º trimestre 2017	87.007	372.312
3º trimestre 2017	87.007	372.312
4º trimestre 2017	87.007	372.312
1º trimestre 2018	88.042	127.024
2º trimestre 2018	88.042	127.024
3º trimestre 2018	88.042	127.024
4º trimestre 2018	88.042	126.024
1º trimestre 2019	90.129	90.129
2º trimestre 2019	90.129	90.129
3º trimestre 2019	90.129	90.129
4º trimestre 2019	90.129	90.129
1º trimestre 2020	91.193	91.193
2º trimestre 2020	30.405	31.392
Não circulante	1.182.310	2.479.445

20 PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, cível e trabalhista. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade da constituição de provisão para contingências, no qual julga suficiente para fazer face às perdas esperadas com o desfecho destes.

O quadro a seguir apresenta a posição das provisões para perdas prováveis e depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, e estas referem-se a processos judiciais trabalhistas em andamento e risco previdenciário.

	Controladora			Conso	lidado			
·		31.12.2015		31.12.2014	•	31.12.2015		31.12.2014
	Provisão (Passivo)	Depósitos judiciais (Ativo)	Provisão (Passivo)	Depósitos judiciais (Ativo)	Provisão (Passivo)	Depósitos judiciais (Ativo)	Provisão (Passivo)	Depósitos judicais (Ativo)
Trabalhistas e	1.466.496	120.872	1.278.117	71.903	2.244.038	182.129	1.889.200	84.483

Abaixo demonstramos a movimentação da provisão para contigência:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2014	1.278.117	1.889.200
Adições	43.153	43.153
Baixas	-	(3.250)
Saldo em 31 de março de 2015	1.321.270	1.929.103

Reversões	-	-
Saldo em 30 de setembro de 2015 Adições	1.352.818 113.678	2.070.088 173.950
Adições	43.78 ₅	67 . 000
Reversões	-	-
Adições	56.631	142.853
Reversões	(68.868)	(68.868)
Saldo em 30 de junho de 2015	1.309.033	2.003.088

A Companhia e suas controladas também são parte de ações trabalhistas e tributárias cujo risco de perda, de acordo com seus consultores legais e a Administração da Companhia, é classificada como possível, para os quais nenhuma provisão foi reconhecida. O montante referente ao valor da causa atualizado, relativo a essas ações, corresponde a R\$2.799.984 em 31 de dezembro de 2015.

a) Trabalhista

De uma maneira geral, os processos trabalhistas versam sobre horas extras, adicional de insalubridade e/ou periculosidade, equiparação salarial, férias, dano moral decorrente de ações acidentárias, doença profissional, responsabilidade subsidiária envolvendo empresas prestadoras de serviços, entre outros.

b) Previdenciário

A Companhia revisa tempestivamente o risco de autuação previdenciária decorrente da contratação de prestadores de serviços e gerencia esses contratos de forma a mitigar sua exposição a questionamentos e multas em caso de fiscalização dos órgãos competentes.

21 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

21.1 CAPITAL SOCIAL

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2015 e 2014 é de R\$ 50.560.594, e o capital está representado por 11.787.203 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. Os titulares das ações ordinárias tem direito a um voto por ação nas assembleias de acionistas da Companhia.

O quadro abaixo apresenta a quantidade de ações detidas por acionistas titulares de 5% ou mais das ações ordinárias de emissão da Companhia, além das ações em tesouraria.

*	31.12.2015		
Acionistas	Quantidade de ações	%	
HIX Capital	1.582.164	13,42%	
BNDES Participações S.A	1.347.960	11,44%	
Bernardo Francisco Pereira Gomes	1.329.065	11,28%	
Antonio Luciano de Camargo Filho	1.319.217	11,19%	
Una Capital Ltda.	920.130	7,81%	
FIA Focus Eac	624.000	5,29%	
Tesouraria	520.600	4,42%	
Outros acionistas	4.144.067	35,16%	
Total	11.787.203	100%	

21.2 Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

Em reunião realizada em 25 de março de 2015 o Conselho de Administração, em cumprimento à atribuição estabelecida no Art. 30 Parágrafo 1º e 2º do Estatuto Social da Companhia, que determina a destinação para pagamento de um dividendo mínimo obrigatório de 25%, aprovou, *ad referendum* da Assembleia Geral Ordinária de 30 de abril de 2015, a destinação dos resultados de 2014, contemplando a distribuição de lucros no montante de R\$3.078.829, sendo R\$2.977.453 como juros sobre o capital próprio e R\$101.376 como dividendos.

	<u>Controladora</u> <u>31.12.2014</u>	Consolidado 31.12.2014
Lucro líquido do exercício de 2014	11.082.997	11.082.997
Contituição da reserva legal – 5% (Artigo 193 da Lei nº. 6.404)	(554.150)	(554.150)
Lucro líquido após destinação para a reserva legal	10.528.847	10.528.847
Dividendo mínimo obrigatório - 25%	2.632.212	2.632.212
Juros sobre o capital próprio	2.530.835	2.530.835
IRRF sobre juros sobre o capital próprio (i)	446.618	446.618
Dividendos	101.376	101.376
Distribuição de lucros realizada – Controladora	3.078.829	3.078.829
		31.12.2015
Dividendos distribuídos e a distribuir por controladas (ii)	-	333.764
Aquarius Tecnologia e Informática Ltda		220.591
Pleno Tecnologia e Sistemas Ltda		113.173

- (i) A Companhia efetua a distribuição de lucros via Juros Sobre Capital Próprio (JCP) até a dedutibilidade máxima, por conta do benefício fiscal de 34% no pagamento. Assim sendo, o cálculo do JCP considera o acréscimo do imposto ("gross-up") equivalente à alíquota de 15% com o objetivo de não onerar seus acionistas pela retenção do imposto de renda.
- (ii) Dividendos distribuídos aos antigos sócios da empresa Aquarius e Pleno. Vide nota 3.

Em reunião realizada em 24 de setembro de 2015 o Conselho de Administração aprovou a distribuição antecipada de lucros relativa ao resultado dos seis primeiros meses do ano de 2015, no montante de R\$1,310.892.

Tiveram direito ao pagamento os acionistas que constavam da base acionária em 09 de outubro de 2015 e as ações foram negociadas "ex" proventos a partir de 13 de outubro de 2015. O pagamento foi realizado no dia 22 de outubro de 2015, sem qualquer atualização monetária.

Em reunião realizada em 09 de dezembro de 2015 foi aprovada, pelo Conselho de Administração, a distribuição de lucros relativa ao resultado do 2º semestre do exercício de 2015, no montate de R\$1.268.564.

Tiveram direito ao pagamento os acionistas que constarem da base acionária em 11 de dezembro de 2015 e as ações foram negociadas "ex" proventos a partir de 14 de dezembro de 2015. O pagamento foi realizado em 23 de dezembro de 2015, sem qualquer atualização monetária.

A apuração do montante de lucro a distribuir foi efetuada conforme demonstrado abaixo:

	Controladora e Consolidado
	31.12.2015
Lucro líquido em 31 de dezembro de 2015	9.799.730
Contituição da reserva legal – 5% (Artigo 193 da Lei nº. 6.404)	(489.987)
Lucro líquido após destinação para a reserva legal	9.309.743
Dividendo mínimo obrigatório - 25%	2.327.436
Juros sobre o capital próprio	1.114.258
IRRF sobre juros sobre o capital próprio (iii)	196.634
Distribuição de lucros realizada em 22 de outubro de 2015	1.310.892
Juros sobre o capital próprio	1.078.279
IRRF sobre juros sobre o capital próprio (iii)	190.285
Distribuição de lucros realizada em 23 de dezembro de 2015	1.268.564
Dividendos a distribuir (iv)	113.173
Juros sobre o capital próprio	134.899
IRRF sobre juros sobre o capital próprio (iii)	23.806
Distribuição de lucros complementar	271.878

- (iii) A Companhia efetua a distribuição de lucros via Juros Sobre Capital Próprio (JCP) até a dedutibilidade máxima, por conta do benefício fiscal de 34% no pagamento. Assim sendo, o cálculo do JCP considera o acréscimo do imposto ("gross-up") equivalente à alíquota de 15% com o objetivo de não onerar seus acionistas pela retenção do imposto de renda.
- (iv) Dividendos a distribuir aos antigos acionistas da Pleno Tecnologia e Sistemas Ltda.

21.3 Reservas de lucros

Foi deliberada pela administração e aprovada pelos acionistas da Companhia em Assembléia Geral realizada em 30 de abril de 2015 a destinação da parcela dos lucros não distribuídos para reserva de lucros, para fazer face ao orçamento de capital para expansão do negócio, conforme também aprovado na referida Assembléia.

21.4 Ações em tesouraria

Em reunião realizada no dia 18 de dezembro de 2013 o Conselho de Administração aprovou a abertura do primeiro programa de recompra de ações ordinárias, que compreendia a aquisição de até 320.000 ações ordinárias. Adicionalmente, em 13 de junho de 2014, foi aprovada a abertura do segundo programa de recompra de ações ordinárias (programa) que compreende a aquisição de até 800.000 ações ordinárias. O programa prevê maximizar a geração de valor para os acionistas por meio da aplicação de parte dos recursos financeiros disponíveis para a aquisição de ações ordinárias e

consequente manutenção em tesouraria. O referido programa possuía vigência até 12 de junho de 2015 e já foi encerrado.

Em reunião realizada em 26 de agosto de 2015 o Conselho de Administração aprovou a abertura do terceiro programa de recompra de ações ordinárias, que compreende a aquisição de até 700.000 ações ordinárias, o presente programa tem vigência até 24 de agosto de 2016.

Durante o exercício de 2015 foram adquiridas 88.300 ações (432.300 em 2014) totalizando 520.600 ações (432.300 em 2014).

21.5 Despesas com emissões de ações

Em 26 de abril de 2012 a Companhia obteve o registro de Companhia aberta perante a CVM – Comissão de Valores Mobiliários, tendo cumprido todos os requisitos estabelecidos na Instrução CVM nº 480 para registro na Categoria A. Nos termos do disposto na Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada, e no artigo 53 da Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), foi requerido pela Companhia e seus acionistas, em 19 de dezembro de 2012, perante a CVM o registro da oferta pública de distribuição primária e secundária.

No dia 08 de março de 2013 a Companhia efetuou sua oferta pública inicial de ações, no segmento de Bovespa Mais, compreendendo: (i) a distribuição pública primária de 3.448.275 ações ordinárias emitidas pela Companhia, e (ii) a distribuição pública secundária de 1.548.420 ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade dos acionistas vendedores, realizada exclusivamente no Brasil ao preço de R\$11,50 (onze reais e cinquenta centavos) por ação. A liquidação financeira ocorreu no dia 12 de março de 2013. E no dia 10 de abril de 2013, foi comunicado ao mercado o anúncio de encerramento da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia.

As despesas com a listagem e oferta pública de ações foram de R\$ 2.957.329. Esses gastos foram reconhecidos contabilmente, líquidos dos efeitos dos tributos, em conta de patrimônio líquido denominada "Despesas com emissão de ações". De acordo com o pronunciamento técnico CPC o8 (R1) - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários, "os custos de transação incorridos na captação de recursos por intermédio da emissão de títulos patrimoniais devem ser contabilizados, de forma destacada, em conta redutora de patrimônio líquido, deduzidos os eventuais efeitos fiscais".

22 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

		Controladora_		Consolidado
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Software Serviços Consultoria Outsourcing Drive Aquarius (i) Pleno (ii)	17.459.034 4.234.466 563.131 9.232.415 2.124	17.290.812 5.811.575 437.380 8.380.044 47.520	20.269.479 7.818.911 5.314.693 26.079.879 17.689.727 6.173.867 165.217	19.721.291 12.566.727 6.417.901 22.063.584 17.965.786
Receita bruta de serviços	31.491.170	31.967.331	83.511.773	78.735.289
ISS PIS e COFINS INSS patronal	(1.158.153) (1.149.428) (764.189)	(1.234.412) (1.166.808) (639.347)	(3.368.646) (3.023.435) (1.815.862)	(3.448.603) (2.850.994) (1.424.805)
Impostos sobre venda	(3.071.770)	(3.040.567)	(8.207.943)	(7.724.402)

Pleno Receita operacional líquida	-	28.926.764	152.578 7 5.303.830	71.010.887
Drive Aquarius	1.941	43.409	15.874.002 5.645.308	16.060.078
Outsourcing	8.210.528	7.477.348	23.320.706	19.787.583
Serviços Consultoria	3.790.243 501.937	5.194.739 391.055	7.014.357 4.842.490	11.264.349 5.875.658
Software	15.914.751	15.820.213	18.454.389	18.023.219

- (i) Refere-se à receita bruta proveniente de softwares para operação de consórcio desenvolvido pela Aquarius Tecnologia e Informática Ltda. considerada a partir de 02 de fevereiro de 2015 para fins de consolidação, data da aquisição feita pela Senior Solution Consultoria em Informática Ltda.
- (ii) Refere-se à receita bruta proveniente de softwares para operação de consórcio desenvolvido pela Pleno Tecnologia e Sistemas Ltda. Considerada a partir de 01 de dezembro de 2015 para fins de consolidação.

A média de incidência de impostos sobre as vendas no período foi de 9,8% para o Consolidado, abrangendo o PIS/PASEP (Programa de Integração Social), a COFINS (Contribuição Financeira para a Seguridade Social), o ISSQN (Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza) e o INSS patronal (Instituto Nacional do Seguro Social). Entre as unidades de negócio, Software apresentou uma alíquota média de impostos sobre as vendas de 9,0%, Serviços de 10,3%, Outsourcing de 10,6%, Consultoria de 8,9%, Drive de 10,3%, Aquarius 8,6% e Pleno 7,6%.

23 CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS

a) Custos dos serviços prestados

		Controladora_		Consolidado
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Mão de obra Pessoal, encargos e	1.342.472	1.448.799	6.582.247	7.396.874
benefícios Outros custos	12.447.430 370.583	11.475.893 801.156	37.946.842 729.857	31.249.107 1.128.278
	14.160.485	13.725.848	45.258.946	39.774.259

b) Custos com pesquisa e desenvolvimento

		Controladora		Consolidado
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Mão de obra Pessoal, encargos e	45.000	197.334	45.000	197.334
benefícios	2.297.365	3.061.681	2.781.317	3.552.574
	2.342.365	3.259.015	2.826.317	3.749.908

24 DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

		Controladora		Consolidado
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
		(Reclassificado – nota 1.5.)		(Reclassificado – nota 1.5.)
Serviços de terceiros	580.755	300.706	1.792.054	1.284.697
Pessoal, encargos e benefícios	2.542.550	1.946.401	8.524.902	6.994.346
Comissões	306.721	312.615	576.660	536.229
Aluguéis, seguros, condomínios e outros	1.132.251	1.113.324	2.359.521	2.222.002
Complemento de provisão para bônus e participação nos resultados	655.603	2.298.916	1.115.547	2.541.408
Complemento (Reversão) provisão devedores duvidosos	(24.264)	28.925	(11.985)	53.672
Complemento de provisão para contingência	188.378	387.576	358.088	385.076
Energia, comunicação e outros	729.035	612.172	1.066.721	856.711
Consultores, advogados e auditores	383.262	693.061	746.464	975.314
Publicidade e propaganda	245.077	215.443	504.375	243.674
Despesas com passagens e estadias	86.274	65.565	228.430	169.393
Outros gastos (i)	118.047	144.680	219.350	288.796
Depreciação e amortização	2.078.564	1.135.461	4.450.730	2.735.190
- -	9.022.253	9.254.845	21.930.85 7	19.286.508

⁽i) Referem-se, principalmente, a outras provisões e demais materiais e insumos necessários à operação.

25 RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	C	ontroladora		Consolidado
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Despesas financeiras:				
Juros de aquisição de investimento	(240.738)	(232.103)	(539.557)	(374.619)
Juros sobre empréstimos	(880.993)	(326.228)	(886.429)	(326.228)
Despesas bancárias	(16.238)	(18.598)	(31.901)	(29.301)
Ajuste a valor presente	(319.811)	(398.258)	(540.836)	(601.781)
Despesas com IOF	(4.400)	(2.695)	(6.486)	(9.056)
Outras despesas financeiras	(936)	-	(29.018)	(1.002)
Receitas financeiras:				
Rendimento de aplicação financeira	4.696.536	3.558.364	5.362.288	4.069.182
Juros ativos	163.717	124.485	540.703	276.002
Ajuste a valor presente	-	-	151.359	-

	C	ontroladora		Consolidado
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Outras receitas financeiras	23.351	8.287	38.625	15.635
	3.420.488	2.713.254	4.058.748	3.018.832

26 PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O imposto de renda e a contribuição social correntes foram computados de acordo com as alíquotas vigentes e o imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias e sobre o prejuízo fiscal e a base negativa acumulados.

a) Imposto de renda corrente e diferido

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

		Controladora
_	31.12.2015	31.12.2014
Lucro antes dos impostos	9.554.233	11.499.232
Imposto tributário pela alíquota oficial combinada (34%)	3.248.439	3.909.739
Ajustes para demonstração da taxa efetiva:		
Compensação de prejuízos fiscais	(528.494)	(296.677)
Provisão para pagamento de bônus e	236.736	266.808
participação nos resultados Provisões trabalhistas	72.383	5.280
Equivalência patrimonial	(1.101.412)	(2.073.633)
Pesquisa e desenvolvimento – Lei do Bem (iii)	(963.964)	(697.314)
Pagamento de associação de classes e diferenças temporárias	(65.373)	15.492
Provisão para <i>Impairment</i>	646.000	326.455
Juros sobre capital próprio	(1.889.344)	(606.488)
PAT e outras diferenças permanentes	14.796	(11.219)
Ajuste a valor presente	108.736	135.408
Parcela isenta da alíquota adicional	(24.000)	(24.000)
Imposto (Crédito) tributário pela alíquota efetiva	(245.497)	416.235

	Co	ontroladora
	31.12.2015	31.12.2014
Lucro antes dos impostos	9.554.234	11.499.232
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	245.49 7	(416.235)
Imposto de renda e contribuição social corrente Imposto de renda e contribuição social diferido	815.194 (569.697)	(777.080) 360.845
Alíquota efetiva imposto (crédito) tributário	3%	(4%)

<u>-</u>	31.12.2015	Consolidado 31.12.2014
Lucro antes dos impostos	9.346.458	11.219.044
Imposto (Crédito) tributário pela alíquota oficial combinada (34%)	3.177.796	3.814.475
Ajustes para demonstração da taxa efetiva:		
Compensação de prejuízos fiscais	(1.601.228)	(470.240)
Ajustes receita por competência	55.302	34.630
Provisão para pagamento de bônus e participação nos resultados	351.454	(315.822)
Provisões trabalhistas	97.561	(199.692)
Pesquisa e desenvolvimento – Lei do Bem (iii)	(1.617.887)	(697.314)
Pagamento de associação de classes e diferenças	(445, 455)	
temporárias	(117.477)	27.387
Provisão para <i>Impairment</i>	646.000	326.455
Juros sobre capital próprio	(1.889.344)	(606.488)
PAT e outras diferenças permanentes	11.214	12.183
Ajuste a valor presente	132.422	204.606
Amortização de ágio dedutível	-	(1.530.670)
Parcela isenta da aliquota adicional	(48.000)	(48.000)
Prejuízo fiscal (i)	552.750	173.563
Diferença de regime tributário – Lucro presumido (ii)	(203.835)	(589.026)
Imposto (Crédito) tributário pela alíquota efetiva	(453.272)	136.047

		Consolidado
	31.12.2015	31.12.2014
Lucro antes dos impostos	9.346.458	11.219.044
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	453.272	(136.047)
Imposto de renda e contribuição social corrente Imposto de renda e contribuição social diferido	513.518 (60.246)	(1.808.322) 1.672.275
Alíquota efetiva imposto (crédito) tributário	5%	(1%)

- (i) As controladas Senior Solution Serviços em Informática Ltda. e Senior Solution Consultoria em Informática Ltda. apresentaram prejuízo fiscal no período. Estas empresas seguem o regime de apuração de lucro real.
- (ii) As controladas Controlpart Consultoria e Participações Ltda. e Pleno Tecnologia e Sistemas Ltda. seguem o regime de apuração de imposto de renda e contribuição social por meio do lucro presumido, apurando, respectivamente, no período R\$650.909 e R\$60.577 de provisão.
- (iii) Em 2015 a Companhia emitiu um comunicado ao mercado informando que o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) aprovou a inclusão da Companhia na categoria das empresas beneficiadas pelos incentivos fiscais da Lei do Bem. Portanto, a Companhia, por conta do reconhecimento do referido incentivo fiscal, registrou um benefício pela redução do imposto de renda e contribuição social corrente. A lei 11.196/05, que passou a ser conhecida como "Lei do Bem",

cria a concessão de incentivos fiscais às pessoas jurídicas que realizaram pesquisas e desenvolvimento de inovação tecnológica.

b) Imposto de renda e contribuição social diferido - ativo

Abaixo a composição do imposto de renda e contribuição social diferidos:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Ativo não circulante Prejuízo fiscal e base negativa - Senior Solution S.A. Prejuízo fiscal e base negativa - Senior Solution Serviços em Informática Ltda. Prejuízo fiscal e base negativa - Senior Solution Consultoria em Informática Ltda. Prejuízo fiscal e base negativa - Aquarius Tecnologia e	987.739	535.077	987.739 1.717.705 1.313.826	535.077 1.373.944 1.048.636
Informática Ltda. Provisão para créditos de liquidação duvidosa	25.746	33.996	327.071 39.331	39.633
Provisão para participação nos lucros	499.841	922.173	576.796	1.063.153
Provisão para contingência e outras obrigações Intangível com vida útil indefinida – Drive (i)	498.609	434.560	762.973 918.402	642.328 1.224.536
Outras provisões Serviços a faturar Adiantamento de clientes	87.284 (1.302.731) 193.417	(1.076.298) 799.539	128.930 (2.297.013) 297.772	(1.845.936) 906.686
Impostos incidentes sobre ajuste de receita por competência	116.014	26.569	205.584	89.892
Total IR / CS diferido Ativo	1.105.919	1.675.616	4.979.116	5.077.949

(i) No dia 01 de janeiro de 2014, a Senior Solution Consultoria em Informática Ltda. ("Senior Consultoria") efetuou a incorporação da empresa investida Drive Consultoria e Informática Ltda. ("Drive"), visando a redução dos custos de manutenção e administração de duas sociedades distintas, consolidando-as em uma única empresa, buscando a otimização administrativa e operacional. Com a incorporação, a Senior Consultoria passa a se beneficiar da amortização fiscal do ágio gerado na aquisição da Drive, dentro do período determinado pela legislação em vigor. No âmbito do processo de alocação do preço de compra (*Purchase Price Allocation - PPA*, em inglês), de identificação e avaliação dos ativos (tangíveis e intangíveis) da transação, a Administração registrou, no momento da incorporação, o imposto de renda e contribuição social diferido proveniente dos ativos intangíveis não amortizáveis contabilmente, ou seja, ativos intangíveis que não possuem vida útil definida e, por isso, se configuram como diferenças temporárias na apuração do imposto de renda e contribuição social corrente. Abaixo, apresentamos a composição dos itens intangíveis da Drive considerados na composição do imposto de renda e contribuição social diferido:

	Consolidado
Intangíveis da aquisição da Drive não amortizáveis contabilmente	
Goodwill	(14.808)
Marcas e patentes	(291.325)
Total	(306.133)
Imposto de renda e contribuição social diferido (34%) – saldo em 31.12.2014	1.224.536
Movimounto e	
Movimentação	
Amortização fiscal considerada no ano de 2015	
Goodwill	(14.808)

Total (
	(306.134)
Imposto de renda e contribuição social diferido (34%) – saldo em 30.09.2015	918.402

c) Imposto de renda e contribuição social diferido - resultado

Apresentamos abaixo, a reconciliação do imposto de renda e contribuição social diferido reconhecido no resultado do período:

		Co	ntroladora
	31.12.2015	31.12.2014	Variação
Imposto de renda e contribuição e contribuição social diferido – ativo	1.105.919	1.675.616	(569.697)
Imposto de renda e contribuição social diferido — resultado		-	(569.697)

		Co	onsolidado
	31.12.2015	31.12.2014	Variação
Imposto de renda e contribuição e contribuição social diferido – ativo Imposto de renda e contribuição e contribuição social diferido – passivo novo investimento	4.979.116 38.587	5.077.949 -	(98.833) 38.587
Imposto de renda e contribuição social diferido — resultado		- -	(60.246)

A Companhia, com base em projeções de resultados tributáveis de exercícios futuros, aprovadas pelo Conselho de Administração, estima recuperar os créditos tributários diferidos atuais em um prazo inferior a 5 anos.

27 LUCRO POR AÇÃO

O cálculo do lucro básico por ação é feito por meio da divisão do lucro líquido do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período.

O lucro diluído por ação é calculado por meio da divisão do lucro líquido do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias.

Os quadros abaixo apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluídos por ação:

	Controladora e Consolidado		
	31.12.2015	31.12.2014	
Resultado básico e diluído por ação			
Numerador			
Lucro líquido do período atribuído aos acionistas da Companhia	9.799.730	11.082.997	
Denominador			

	Controladora e	Consolidado
	31.12.2015	31.12.2014
Média ponderada de número de ações ordinárias	11.322.586	11.505.495
Resultado básico e diluído por ação	0,866	0.060
Kesultado pasico e difuido por ação	0,800	0,963

28 SEGUROS

A Companhia e suas controladas, com base na avaliação de seus consultores, mantêm coberturas de seguros por montantes considerados suficientes para cobrir riscos sobre seus ativos próprios, alugados e os decorrentes de arrendamento mercantil e de responsabilidade civil.

A política de seguro leva em conta a dispersão geográfica e o valor individual dos ativos utilizados e o fato de que a Companhia e suas controladas são empresas prestadoras de serviços; logo, é menos dependente de ativos tangíveis do que uma empresa industrial.

Os ativos segurados são as máquinas e equipamentos e a edificação onde a Companhia e suas controladas estão instaladas.

Seção F - Políticas contábeis

29 RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

29.1 CONSOLIDAÇÃO

As seguintes práticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia detém o controle. A SENIOR SOLUTION S.A. controla uma entidade quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a SENIOR SOLUTION S.A. A consolidação é interrompida a partir da data em que a SENIOR SOLUTION S.A. deixa de ter o controle.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas da Companhia são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*Impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela SENIOR SOLUTION S.A.

A Companhia usa o método de aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pela Companhia. A contraprestação transferida inclui o valor justo de ativos e passivos resultantes de um contrato de contraprestação contingente, quando aplicável. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data

da aquisição. A Companhia reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. O excesso da contraprestação transferida e do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo da participação da Companhia nos ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrada como ágio (goodwill). Nas aquisições em que a Companhia atribui valor justo aos não controladores, a determinação do ágio inclui também o valor de qualquer participação não controladora na adquirida, e o ágio é determinado considerando a participação da Companhia e dos não controladores. Quando a contraprestação transferida for menor que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado do exercício.

Os resultados das subsidiárias adquiridas e/ou incorporadas durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014 e de 2015 estão incluídos nas demonstrações dos resultados desde a data da sua aquisição e/ou incorporação. Dessa forma, para fins de comparação dos resultados da controladora e consolidado entre 2014 e de 2015, devem ser consideradas as datas de aquisição e incorporação dos resultados de cada subsidiária.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações das Companhias Senior Solution Consultoria em Informática Ltda., Senior Solution Serviços em Informática Ltda, Controlpart Consultoria e Participações Ltda, Aquarius Tecnologia e Informática Ltda e Pleno Tecnologia e Sistemas Ltda..

29.2 CONVERSÃO DE MOEDA ESTRANGEIRA

a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em R\$ (reais), que é a moeda funcional da Companhia e também a moeda de apresentação do Grupo.

b) Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando qualificadas como *hedge accounting* e, portanto, diferidos no patrimônio como operações de *hedge* de fluxo de caixa e operações de *hedge* de investimento líquido.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. Todos os outros ganhos e perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado como "Outros ganhos (perdas), líquidos".

As alterações no valor justo dos títulos monetários em moeda estrangeira, classificados como disponíveis para venda, são separadas entre as variações cambiais relacionadas com o custo amortizado do título e as outras variações no valor contábil do título. As variações cambiais do custo amortizado são reconhecidas no resultado, e as demais variações no valor contábil do título são reconhecidas no patrimônio.

As variações cambiais de ativos e passivos financeiros não monetários, como os investimentos em ações classificadas como mensuradas ao valor justo através do resultado, são reconhecidos no resultado como parte do ganho ou da perda do valor justo. As variações cambiais de ativos financeiros

não monetários, por exemplo, os investimentos em ações classificadas como disponíveis para venda, estão incluídas na conta "Ajustes de avaliação patrimonial" no patrimônio.

29.3 AJUSTE A VALOR PRESENTE

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

As principais contas sujeitas a ajustes a valor presente são: empréstimos e financiamentos e obrigações por aquisição de investimentos (tanto no curto quanto no longo prazo).

O cálculo de valor presente dos empréstimos e financiamentos e obrigações por aquisição de investimentos foi efetuado seguindo a metodologia a seguir. Calculamos o valor futuro das amortizações mensais à taxa de juros contratada do financiamento. No segundo passo, calculamos o valor presente das mesmas parcelas pela taxa de desconto obtida pela WACC (Weighted Average Cost Of Capital). A diferença entre o valor da dívida registrada e o valor presente calculado constitui o montante de ajuste.

29.4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas das transações, com risco insignificante de mudança de valor e que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Em sua maioria são classificadas na categoria de "ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado".

29.5 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

29.5.1 CLASSIFICAÇÃO

A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 a Companhia não possuía ativos financeiros classificados como disponíveis para venda.

Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "resultado financeiro"

no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Nesse caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação.

Nesta categoria também se enquadram os investimentos em coligada ou em controlada, cuja parcela da participação seja detida indiretamente por meio de organização de capital de risco, independentemente de a organização de capital de risco exercer influência significativa sobre essa parcela da participação conforme CPC 18 (R2).

b) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem, principalmente, "Contas a receber de clientes e demais contas a receber" e "Caixa e equivalentes de caixa".

29.5.2 RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO

As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo e os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os dividendos de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, como exemplo as ações, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas, quando é estabelecido o direito da Companhia de receber dividendos.

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em Bolsa) não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria entidade.

29.5.3 COMPENSAÇÃO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

29.5.4 IMPAIRMENT DE ATIVOS FINANCEIROS

Ativos mensurados ao custo amortizado

O Grupo avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele

evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, o Grupo pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado

29.6 INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS E ATIVIDADES DE HEDGE

Inicialmente, e em os havendo, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo com as variações do valor justo lançadas contra resultado.

A Companhia não efetuou contratação de instrumentos financeiros derivativos no exercício.

29.7 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pelo licenciamento de *softwares*, prestação de serviços de informática e consultoria no curso normal das atividades do Grupo. Se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, são apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor presente e deduzidas da provisão para crédito de liquidação duvidosa (*Impairment*), a qual é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que o Grupo não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. Para o cálculo do valor recuperável, a Companhia efetua mensalmente uma análise individual das notas fiscais em aberto. Algumas características são analisadas e sinalizam a necessidade de provisionamento, como (i) serviços não prestados adequadamente nos termos definidos nos contratos; (ii) notas fiscais com valores ou informações incorretas; (iii) ausência de evidência de que todos os riscos e benefícios inerentes aos serviços foram transferidos para o cliente; e (iv) não é provável que os benefícios econômicos serão gerados em favor da Companhia.

Além da análise da existência de alguma das características mencionadas acima, a Companhia efetua o registro de provisão para crédito de liquidação duvidosa para notas fiscais cujo atraso no recebimento supera 9 meses da data de vencimento original, mesmo que na análise individual não tenham sido identificados fatores que justifiquem o provisionamento. No entanto, dependendo da natureza do atraso no recebimento, a Diretoria poderá decidir pelo não provisionamento, devendo formalizar essa autorização.

Por fim, para as notas fiscais, cujo atraso no recebimento supera 12 meses, a Companhia efetua o registro de provisão para crédito de liquidação duvidosa. No entanto, dependendo da natureza do atraso no recebimento, o Conselho de Administração poderá decidir pelo não provisionamento, devendo formalizar essa autorização.

O valor presente é calculado com base em taxas praticadas no mercado e no custo de capital representado pelo custo médio ponderado de capital (WACC).

29.8 ESTOQUES

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido de realização. O custo é determinado utilizando-se o método da Média Ponderada Móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende matérias primas, mão de obra direta, outros custos diretos e despesas gerais de produção relacionadas (com base na capacidade operacional normal), exceto os custos dos empréstimos tomados. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos de execução e as despesas de venda. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação.

As empresas do Grupo não possuem valores relevantes de estoques de produtos, uma vez que suas atividades estão concentradas em serviços de tecnologia visando o mercado financeiro.

29.10 INVESTIMENTOS

Os investimentos da Companhia em suas controladas são avaliados com base no método de equivalência patrimonial, conforme CPC 18-R1 (IAS 28), para fins de demonstrações financeiras da controladora.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento na controlada é contabilizado no balanço patrimonial da controladora ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na coligada. O ágio relacionado com a coligada é incluído no valor contábil do investimento, não sendo amortizado. Como o ágio fundamentado em rentabilidade futura (goodwill) integra o valor contábil do investimento na coligada, este não é reconhecido separadamente e seu valor recuperável é testado considerando a unidade geradora de caixa que pertence.

A participação societária na controlada é apresentada na demonstração do resultado da controladora como equivalência patrimonial, representado o lucro líquido atribuível aos acionistas da coligada.

Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as adotadas pela Companhia.

Após a aplicação do método de equivalência patrimonial para fins de demonstrações financeiras da controladora, a Companhia determina se é necessário reconhecer a perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em sua coligada. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos em controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado da controladora.

29.11 ATIVOS INTANGÍVEIS

Refere-se a marcas e patentes, *softwares* adquiridos, custos e despesas com desenvolvimento de novos produtos (*softwares*), além dos ágios, valor da carteira de clientes e outros intangíveis decorrentes das aquisições das empresas Intellectual Capital Ltda. (incorporada em 22 de julho de 2008), Senior

Solution Consultoria em Informática Ltda., Controlpart Consultoria e Participações Ltda. e Drive Consultoria e Informática Ltda. (incorporada em 01 de janeiro de 2014). Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. Os ágios gerados nas aquisições de investimentos ocorridas até 31 de dezembro de 2008, que têm como fundamento econômico a rentabilidade futura, estavam sendo amortizados de forma linear pelo prazo de 5 a 10 anos, desde as datas das transações que os originaram. A partir de 1º de janeiro de 2009 tais ágios não são mais amortizados, sendo submetidos a teste anual para análise de perda do seu valor recuperável (Nota 14).

A vida útil dos ativos intangíveis é avaliada como finita ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida útil finita são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda de valor recuperável sempre que houver indicação de perda de seu valor econômico. O exercício e o método de amortização de um ativo intangível de vida finita são revistos no mínimo no encerramento de cada exercício. Mudanças na vida útil ou no padrão de consumo de benefícios futuros esperados são contabilizadas por meio da mudança no exercício ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudancas de estimativas contábeis.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas testados anualmente em relação a perdas de valor recuperável. A avaliação de vida indefinida é revista no encerramento de cada exercício para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para finita é efetuada de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

a) Ágio

O ágio (goodwill) é apurado na aquisição ou na subscrição de capital em outra sociedade, representado pelo valor do custo de aquisição do investimento que superar o valor da equivalência patrimonial, calculada a partir do percentual de aquisição ou subscrição sobre o valor do patrimônio líquido da sociedade avaliado pelo valor justo (valor de mercado) de todos os seus ativos e passivos (Nota 11). Neste processo de apuração do valor do patrimônio líquido, a eventual existência de ativos não contabilizados que possuam valor justo, são individualizáveis e ainda podem ser negociados individualmente.

Conforme deliberação CVM nº 553 de 12 de novembro de 2008, a qual aprova o Pronunciamento Técnico CPC 04 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, que trata de Ativos Intangíveis, a partir de 1º de janeiro de 2009, a Companhia deixou de amortizar contabilmente os ágios decorrentes dos investimentos adquiridos. Tendo em vista que alguns dos referidos ágios continuam sendo amortizados para fins tributários, foram constituídos os correspondentes efeitos tributários diferidos sobre a parcela de amortização excluída fiscalmente. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (*Impairment*).

b) Softwares

Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a *softwares* identificáveis e únicos, controlados pelo Grupo e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os gastos diretos incluem a remuneração dos funcionários da equipe de desenvolvimento de *softwares* e a parte adequada das despesas gerais relacionadas.

Os gastos com o desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis, pelas taxas demonstradas na nota 14.

c) Carteira de clientes

Carteira de clientes, adquiridas em uma combinação de negócios, são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. As relações contratuais com clientes têm vida útil finita e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante a vida esperada da relação com o cliente.

d) Marcas registradas e licenças

As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. As marcas registradas e as licenças adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. Posteriormente, as marcas e licenças, avaliadas com vida útil definida, são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das marcas registradas e das licenças durante sua vida útil estimada.

29.12 IMOBILIZADO

Registrado ao custo histórico de aquisição, formação ou desenvolvimento, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear com base nas taxas mencionadas na nota explicativa nº 13. O imobilizado está registrado em seu valor bruto de créditos de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços ("ICMS"), do Programa de Integração Social ("PIS") e da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social ("COFINS"), uma vez que a empresa não se utiliza destes impostos como créditos fiscais.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação dos outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada. As vidas úteis estão demonstradas na nota 13.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

29.13 IMPAIRMENT DE ATIVOS NÃO FINANCEIROS

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

O seguinte critério é também aplicado para avaliar perda por redução ao valor:

a) Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura

Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

b) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados, em relação à perda por redução ao valor recuperável, anualmente, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável, quando aplicável.

29.14 CONTAS A PAGAR AOS FORNECEDORES

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no exercício de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Os valores são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

29.15 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Instrumentos financeiros compostos, os quais possuem componentes de passivo financeiro (dívida) e de patrimônio líquido, emitidos pela Companhia, compreendem títulos que podem ser convertidos em capital social à opção do titular, e o número de ações a serem emitidas não varia com as mudanças em seu valor justo.

O componente de passivo de um instrumento financeiro composto é reconhecido inicialmente a valor justo. O valor justo da parcela do passivo de um título de dívida conversível é determinado com o uso de fluxo de caixa descontado, considerando a taxa de juros de mercado para um título de dívida com características similares (período, valor, risco de crédito), porém não conversível. O componente de patrimônio líquido é reconhecido, inicialmente, pela diferença entre o valor total recebido pela

Companhia com emissão do título e o valor justo do componente de passivo financeiro reconhecido. Os custos de transação diretamente atribuíveis ao título são alocados aos componentes de passivo e de patrimônio líquido proporcionalmente aos valores inicialmente reconhecidos.

Após o reconhecimento inicial, o componente de passivo de um instrumento financeiro composto é mensurado ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. O componente patrimonial de um instrumento financeiro composto não é remensurado após o seu reconhecimento inicial, exceto na conversão ou quando expirado.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

29.16 PROVISÕES

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões para reestruturação compreendem multas por rescisão de contratos de aluguel e pagamentos por rescisão de vínculo empregatício. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

29.17 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE E DIFERIDO

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos, e são calculados com base nas alíquotas efetivas do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido ajustado nos termos da legislação vigente. A compensação de prejuízos fiscais e de base negativa da contribuição social está limitada a 30% do lucro tributável. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente sendo: 15%, acrescido de 10% sobre o que exceder a R\$ 240 mil anuais para o imposto de renda e 9% para a contribuição social. Portanto as adições ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

i) Quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e

ii) Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o exercício da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizadas possam ser utilizados, exceto:

- i) Quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- ii) Sobre as diferenças temporárias dedutíveis, associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributários futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

As receitas de serviços estão sujeitas à tributação pelo Imposto sobre Serviços ("ISS") às alíquotas vigentes em cada região e à tributação pelo PIS e COFINS na modalidade cumulativa para as receitas auferidas com serviços, às alíquotas de 0,65% e 3,00% respectivamente, bem como o INSS Patronal à aliquota de 2,00% até o mês de novembro do exercício de 2015 e 4,5% apartir do mês de dezembro do mesmo exercício.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

29.18 OUTROS ATIVOS E PASSIVOS (CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES)

Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pela Companhia decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômicos futuros. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação tem probabilidade de ocorrência nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

29.19 BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

a) Obrigações de aposentadoria

As empresas do Grupo oferecem aos empregados um plano de previdência privada, estruturado na modalidade de contribuição definida, cujo objetivo é proporcionar a acumulação de recursos que poderão ser transformados em renda mensal, com o intuito de complementar o benefício oferecido pela Previdência Social. O plano possui contribuições voluntárias dos participantes, via desconto em folha de pagamento. As empresas não possuem qualquer responsabilidade sobre o fundo ou sobre sua Administração.

b) Remuneração com base em ações

O Grupo ofereceu a alguns executivos até o ano de 2013, devidamente aprovado pelo Conselho de Administração, um plano de remuneração baseado em ações ("Stock Options", nota 21), segundo o qual recebia os serviços como contraprestação das opções de compra de ações outorgadas. Conforme o CPC10 — Pagamentos Baseados em Ações, o prêmio dessas ações, calculado na data da outorga, é reconhecido como despesa em contrapartida ao patrimônio líquido, durante o exercício de carência à medida que os serviços são prestados.

c) Participação nos lucros

O Grupo reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados em regime de competência, de acordo com a política de remuneração do Grupo.

29.20 CAPITAL SOCIAL

As ações são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquido de impostos.

29.21 RECONHECIMENTO DA RECEITA

A Companhia aufere, principalmente, receitas de licenciamento de *software*, compreendendo taxa de licenciamento, receita de serviços de manutenção e de suporte ao produto, serviços de customização, consultoria e assessoria permanente.

As receitas relativas à licença de uso são reconhecidas quando: i) da assinatura do contrato e disponibilização do software ao cliente; ii) seu valor pode ser mensurado de forma confiável (conforme os termos do contrato); iii) todos os riscos e benefícios inerentes da licença são transferidos para o comprador; iv) a Companhia não detém mais o efetivo controle sobre a licença; e v) é provável que os benefícios econômicos serão gerados em favor da Companhia.

As receitas de serviços de customização e consultoria são reconhecidas à medida que os serviços são prestados, conforme contratos de prestação de serviços. Os casos em que o serviço foi prestado, porém ainda não faturado, são registrados como serviços em andamento na rubrica "contas a receber" no ativo circulante.

As receitas de serviços prestados são reconhecidas no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

As receitas de serviços estão sujeitas à tributação pelo Imposto sobre Serviços ("ISS") às alíquotas vigentes em cada região e à tributação pelo PIS e COFINS na modalidade cumulativa para as receitas auferidas com serviços de informática, às alíquotas de 0,65% e 3,00% respectivamente, bem como o INSS Patronal à aliquota de 2,00% até o mês de novembro do exercício de 2015 e 4,5% apartir do mês de dezembro do mesmo exercício.

Conforme art. 8º da Lei nº 10.637, de 2002, e do art. 10 da Lei nº 10.833, de 2003, estão excluídas do regime de não-cumulatividade as receitas provenientes das atividades de desenvolvimento de software

e o seu licenciamento ou cessão de direito de uso, bem como de análise, programação, instalação, configuração, assessoria, consultoria, suporte técnico e manutenção ou atualização de software, compreendidas ainda como softwares as páginas eletrônicas, auferidas por empresas de serviços de informática. A exclusão da não-cumulatividade não alcança a comercialização, licenciamento ou cessão de direito de uso de software importado.

29.22 DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras do Grupo no momento em que são aprovadas em Assembleia Geral, com base no estatuto social da Companhia ou autorizadas pelo Conselho de Administração.

29.23 NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS QUE AINDA NÃO ESTÃO EM VIGOR

As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2015. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- IFRS 9 "Instrumentos Financeiros" aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018, e substitui a orientação no IAS 39, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de *hedge*. A administração está avaliando o impacto total de sua adoção.
- . IFRS 15 "Receita de Contratos com Clientes" Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Ela entra em vigor em 1º de janeiro de 2018 e substitui a IAS 11 "Contratos de Construção", IAS 18 "Receitas" e correspondentes interpretações. A administração está avaliando os impactos de sua adoção.
- . IFRS 16 "Operações de Arrendamento Mercantil" com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º. de janeiro de 2019 e substitui o IAS 17 "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações. A administração está avaliando os impactos de sua adoção.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre o Grupo.

* * * *